



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**

SANDER KAIO BRANDÃO DE SOUZA

**AS PAISAGENS LINGUÍSTICAS NA ÁREA COMERCIAL NA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

CORUMBÁ - MS

2025

SANDER KAIO BRANDÃO DE SOUZA

**AS PAISAGENS LINGUÍSTICAS NA ÁREA COMERCIAL NA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Estratégias políticas,
mobilidade humana e desenvolvimento
territorial

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Escalante
Pereira

Co-orientadora: Profa. Dra. Suzana Vinícia
Mancilla Barreda

Corumbá - MS

2025

SANDER KAIO BRANDÃO DE SOUZA

**AS PAISAGENS LINGUÍSTICAS NA ÁREA COMERCIAL NA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA**

Defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre. Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora:

Luciana Escalante Pereira
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Co-orientadora:

Suzana Vinicia Mancilla Barreda
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

1º avaliador(a):

Anderson Luís do Espírito Santo
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

2º avaliador(a):

Isis Ribeiro Berger
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

À minha mãe que me ensinou a coragem
de atravessar fronteiras e explorar o mundo,
que acreditou em mim quando eu duvidava.
Tudo o que sou e conquisto devo a você.

AGRADECIMENTOS

Resolvi escrever esses agradecimentos no meu último dia de convivência com esse texto. Ao longo do caminho, conversávamos diversas vezes: eu, digitando letra por letra, e ele, ganhando forma. Hoje, poucas horas antes de enviá-lo à banca examinadora, ele finalmente se completa e, de certa maneira, ganha vida.

Agradeço, antes de tudo, à minha mãe, Cléo, que enxergou na Bolívia uma oportunidade de trabalho e me permitiu viver a experiência da fronteira aos sete anos: sem saber o idioma do outro, mas tentando, entre brincadeiras e gestos, me comunicar com as demais crianças. Foi meu primeiro contato com outras línguas.

Agradeço ao meu pai, Josias, pelo incentivo, e às minhas irmãs, Samia e Sâmela, que sempre me apoiaram, me protegeram e viveram todas essas experiências comigo. Estendo esse agradecimento aos meus sobrinhos: Pietro, Isa e Heitor. O tio estará sempre aqui para apoiar suas decisões, incentivar e tentar ser exemplo para vocês.

Agradeço à minha orientadora, professora Luciana, pelas trocas, reflexões, incentivos e calma com que encontrava caminhos para cada dúvida que surgia.

À professora Suzana, minha referência desde a graduação, agradeço pelos mais de sete anos de orientações... contínuos, mesmo com intervalos. Uma verdadeira mãe durante todo o processo. Espero, um dia, ser ao menos um terço da pessoa e pesquisadora que ela é.

Agradeço à banca examinadora, professora Isis e professor Anderson, pelas contribuições essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Sou grato também às pessoas que me acompanharam ao longo desta trajetória. Kelly e Augusto, amigos de vida: quando eu precisava descansar a mente, vocês estavam ali. Aline e Guilherme, amigos que o mestrado me deu: caminhar com vocês é saber que posso contar com apoio sincero, especialmente quando o medo de não dar certo ou errar aparece. Thiago Henrique, obrigado pela presença constante, pela paciência e pela leveza nos dias mais difíceis. Obrigado por ser meu melhor ouvinte, por me ajudar a respirar fora deste mundo quando tudo parecia pesado e, especialmente, pelo cuidado e dedicação na parte visual do Produto Final.

Por fim, estendo minha gratidão a todos os colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, que contribuíram para que esta jornada de descobertas e aprendizagens se tornasse possível.

"Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara."
José Saramago

RESUMO

A presente pesquisa qualitativa investiga a presença visual das línguas na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá (Brasil), Puerto Quijarro e Arroyo Concepción (Bolívia), focalizando a forma como o português, o castelhano boliviano e línguas originárias se manifestam na área comercial dos municípios, conceito aqui entendido como Paisagem Linguística (Landry; Bourhis, 1997; Shohamy, 2006; Spolsky, 2009; Berger; Elsenbach, 2017). Busca-se mapear e registrar as línguas que circulam nos espaços comerciais, compreender a (in)visibilidade das línguas, hierarquias linguísticas e relações de poder, bem como desenvolver um material multimídia capaz de apresentar a PL como potencial recurso turístico e de valorização cultural. A metodologia adotada envolveu observação, registro fotográfico sistemático e análise interpretativa das placas, fachadas, cavaletes e outros registros escritos coletados em diferentes zonas comerciais entre 2024 e 2025, permitindo o mapeamento e a interpretação das escolhas linguísticas utilizadas pelos estabelecimentos para atrair e atender públicos distintos. A análise revelou que o português e o castelhano boliviano predominam, enquanto línguas minoritárias, como guató, bésiro, zamuco e aimará, aparecem de forma restrita ou ausente, destacando processos de minorização e exclusão. Observou-se também que a PL funciona como ferramenta de inclusão e exclusão social, evidenciada, por exemplo, em estabelecimentos que reproduzem estereótipos sobre o público boliviano ou priorizam clientes brasileiros em sua comunicação e formas de pagamento. Conclui-se que a PL na fronteira não apenas reflete a diversidade linguística, mas também materializa representações culturais e sociais, reforçando a hierarquia entre línguas e identidades, ao mesmo tempo em que evidencia dinâmicas de circulação, pertencimento e interação fronteiriça.

Palavras-chave: Multilinguismo; (In)visibilidade das línguas; Registros escritos; Espaço público.

RESUMEN

Esta investigación cualitativa analiza la presencia visual de las lenguas en la frontera Brasil-Bolivia, en Corumbá (Brasil), Puerto Quijarro y Arroyo Concepción (Bolivia), centrándose en cómo el portugués, el español boliviano y las lenguas indígenas se manifiestan en las zonas comerciales, concepto aquí entendido como Paisaje Lingüístico (Landry; Bourhis, 1997; Shohamy, 2006; Spolsky, 2009; Berger; Elsenbach, 2017). Se busca mapear y registrar las lenguas que circulan en los espacios comerciales, comprender la (in)visibilidad de las lenguas, las jerarquías lingüísticas y las relaciones de poder, así como desarrollar un material multimedia capaz de presentar el PL como un recurso potencial para el turismo y la valorización cultural. La metodología adoptada implicó la observación, el registro fotográfico sistemático y el análisis interpretativo de letreros, fachadas, caballetes y otros registros escritos en diferentes zonas comerciales entre 2024 y 2025 permitiendo el mapeo e interpretación de las elecciones lingüísticas utilizadas por los establecimientos para atraer y atender a diferentes públicos. El análisis reveló que el portugués y el español boliviano predominan, mientras que las lenguas minoritarias, como el guató, el bésiro, el zamuco y el aymara, aparecen de manera limitada o ausente, destacando procesos de minoración y exclusión. También se observó que el PL funciona como herramienta de inclusión y exclusión social, evidenciada, por ejemplo, en establecimientos que reproducen estereotipos sobre el público boliviano o priorizan a clientes brasileños en su comunicación y formas de pago. Se concluye que el PL en la frontera no solo refleja la diversidad lingüística, sino que también materializa representaciones culturales y sociales, reforzando la jerarquía entre lenguas e identidades, al mismo tiempo que evidencia dinámicas de circulación, pertenencia e interacción fronteriza.

Palabras clave: Multilingüismo; (In)visibilidad de las lenguas; Registros escritos; Espacio público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fachada da casa que foi um ponto estratégico de distribuição de mercadorias destinadas a clientes bolivianos.....	17
Figura 2– Fachada atual da loja instalada no local onde, em 2008, funcionava o ponto comercial da minha mãe.....	19
Figura 3 – Comerciantes de Corumbá adaptam-se às mudanças econômicas e começam a aceitar moeda boliviana para atrair clientes.	31
Figura 4 – Passeata da comunidade palestina em Corumbá, evidenciando sua presença na cidade e reafirmando a sua identidade cultural e social.	35
Figura 5 – Registro de Injúria Racial em mídia de Corumbá-MS.....	46
Figura 6 – Sinalização oficial bilíngue (português-inglês) em Corumbá.....	57
Figura 7 – Registros de castelhano, quéchua e português em comércio de alimentos.	61
Figura 8 – Registro de castelhano em loja de calçados e confecções.....	63
Figura 9 – Um outdoor com informações em castelhano boliviano.....	65
Figura 10 – Restaurante Tocaia utilizando os dois idiomas nas placas informativas.....	67
Figura 11 – Placas em português e castelhano encontradas na loja Bate Preço.....	68
Figura 12 – Informações em português e em castelhano boliviano em um supermercado em Corumbá.	69
Figura 13 – Conversão dos valores em real e peso boliviano no Supermercado Cidade Branca.	70
Figura 14 – Valor do câmbio entre reais e pesos bolivianos no Mercado Roseiral.....	71
Figura 15 – Placas em português e castelhano boliviano encontradas na loja de roupas.....	73
Figura 16 – Detalhe do aviso exclusivo na placa em castelhano boliviano.	74
Figura 17 – Fachada do Restaurante e Churrascaria La Bodeguita, com o português em evidência na fachada.....	77
Figura 18 – Cartaz em loja de roupas com uso de castelhano e referência ao PIX brasileiro..	78
Figura 19 – Lista de opções de pratos típicos encontrados em Arroyo Concepción.....	81
Figura 20 – A presença do quéchua em informativos em um restaurante em Puerto Quijarro.	82
Figura 21 – Nomes de pratos com influência quéchua, português, italiano e língua inglesa...	83
Figura 22 – Pesquisador em trabalho de campo durante o registro fotográfico da PL na fronteira Brasil-Bolívia.....	87

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Corumbá, Puerto Quijarro e o seu distrito Arroyo Concepción.	15
Mapa 2 – Localização dos pontos de coleta de dados em Corumbá (Brasil).	49
Mapa 3 – Localização da fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia).	50
Mapa 4 – Localização dos pontos de coleta de dados em Puerto Quijarro e Arroyo Concepción.	50
Mapa 5 – Localização dos pontos dos registros fotográficos para a pesquisa.	55
Mapa 6 – Localização do sinal oficial em Corumbá.	57
Mapa 7 – Localização das línguas bolivianas presentes em Corumbá.	59
Mapa 8 – Localização do português e do castelhano boliviano lado a lado em Corumbá.	66
Mapa 9 – Localização da placa bilíngue com sinais de discriminação em Corumbá.	72
Mapa 10 – Localização das informações bilíngues no lado boliviano da fronteira.	76
Mapa 11 – Localização das diversidades linguísticas no lado boliviano da fronteira.	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados comparativos entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia).	23
Quadro 2 – Marcos legais sobre a faixa de fronteira no Brasil e Bolívia.	24
Quadro 3 – Línguas bolivianas oficiais faladas em Puerto Quijarro.	26
Quadro 4 – Línguas estrangeiras faladas em Puerto Quijarro.	29

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1 A FRONTEIRA E SUAS LÍNGUAS EM USO	22
1.1 A FRONTEIRA COMO ESPAÇO DE CONTATO E TROCA	22
1.2 O CONTEXTO DE CORUMBÁ E PUERTO QUIJARRO	23
1.3 AS LÍNGUAS E SEUS FALANTES NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	25
2 PAISAGEM LINGUÍSTICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	37
2.1 A POLÍTICA LINGUÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM A PAISAGEM LINGUÍSTICA	37
2.2 NACIONALISMO, RACIALIZAÇÃO E PRECONCEITO	42
3 METODOLOGIA	48
3.1 DELINEAMENTO	48
3.2 PROCEDIMENTOS	51
3.2 ANÁLISE DOS DADOS	53
4 REGISTROS FOTOGRÁFICOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES	55
4.1 SINAIS OFICIAIS	56
4.2 SINAIS NÃO OFICIAIS	58
4.2.1 LÍNGUAS BOLIVIANAS EM CORUMBÁ	59
4.2.1.1 ALIMENTOS E BEBIDAS BOLIVIANAS: A PRESENÇA DO QUÉCHUA E DO CASTELHANO	59
4.2.1.2 REGISTRO DO CASTELHANO BOLIVIANO NO CENTRO COMERCIAL DA CIDADE	63
4.2.1.3 O USO DO CASTELHANO BOLIVIANO NA PUBLICIDADE EM CORUMBÁ	64
4.2.2 O PORTUGUÊS E O CASTELHANO BOLIVIANO: LADO A LADO	66
4.2.2.1 PLACAS INFORMATIVAS BILÍNGUES	67
4.2.2.2 INFORMAÇÕES BILÍNGUES E INDÍCIOS DE DISCRIMINAÇÃO NO COMÉRCIO LOCAL	72

4.2.3 A MESCLA DO PORTUGUÊS E DO CASTELHANO BOLIVIANO NO LADO BOLIVIANO DA FRONTEIRA	75
4.2.4 A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO LADO BOLIVIANO	79
5 PROPOSTA DE AÇÃO	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89

INTRODUÇÃO

Esta dissertação integra o Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Câmpus do Pantanal (CPAN), inserida na Linha de Pesquisa “Estratégias políticas, mobilidade humana e desenvolvimento territorial”.

O estudo tem como ponto de partida o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Brandão (2019), desenvolvido no curso de Letras, com habilitação em Português e Espanhol, no Campus do Pantanal da UFMS. Na ocasião, foram analisados anúncios publicitários expostos em espaços públicos de Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, na Bolívia, com o objetivo de investigar as línguas presentes nesses materiais, registrados por meio de fotografias. A coleta de dados concentrou-se em um setor específico: uma quadra da Avenida Luis Salazar de La Vega, nas imediações da conhecida “feirinha”, espaço frequentado por bolivianos, brasileiros e pessoas de outras nacionalidades.

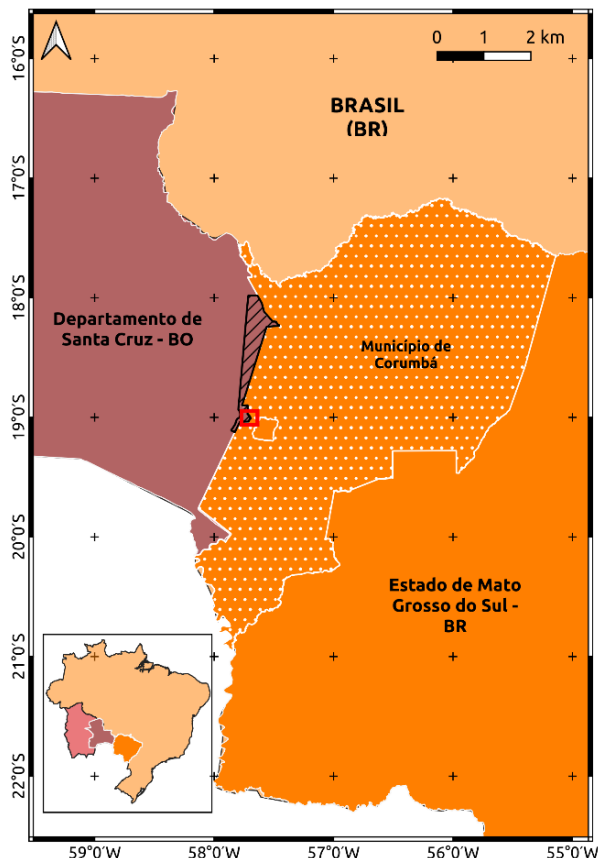
Com base nos registros fotográficos realizados entre setembro e novembro de 2019, foi possível identificar uma rica representação linguística e cultural, materializada em anúncios publicitários – nos suportes de propagandas, fachadas e placas de lojas e restaurantes – que, a priori, não haviam sido identificadas no campo das paisagens linguísticas no TCC. Esses elementos funcionaram como referentes linguísticos, culturais e representações das identidades presentes no contexto fronteiriço analisado. Os dados revelaram uma paisagem linguística plural, que reflete a complexidade linguística e cultural nessa fronteira.

Na presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do mestrado em Estudos Fronteiriços, a proposta amplia a abordagem iniciada no TCC de Brandão (2019). Nesta nova etapa, o foco da investigação abrange o setor comercial das chamadas cidades-gêmeas¹, com Corumbá, no lado brasileiro, e Puerto Quijarro, incluindo seu distrito Arroyo Concepción, no lado boliviano (Mapa 1). Tendo em vista que ainda são escassos os estudos linguísticos voltados especificamente para a fronteira Brasil-Bolívia, esta

¹ De acordo com o Art. 1º da Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, “serão considerados cidades gêmeas os Municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, assim como manifestações ‘condensadas’ dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.”

pesquisa se propõe como um trabalho pioneiro no campo das Paisagens Linguísticas na região.

Mapa 1 – Localização de Corumbá, Puerto Quijarro e o seu distrito Arroyo Concepción.



Fonte: Os autores (2025).

A inexistência de produções acadêmicas foi constatada por meio de busca exploratória nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando as palavras-chave “paisagem linguística”, “fronteira Brasil-Bolívia”, “Corumbá e Puerto Quijarro”, não sendo encontrados estudos que abordem diretamente essa temática no recorte geográfico em questão².

As Paisagens Linguísticas constituem um campo de investigação de caráter essencialmente interdisciplinar, que dialoga com diversas áreas do conhecimento, como “a Sociologia, a Geografia, a Economia, Planejamento Urbano, Política, Arquitetura, Linguística Aplicada, Semiótica, entre outras, (...) que propiciem compreender significados mais profundos das relações entre as línguas e o espaço” (Berger, 2022, p. 130). Sob essa ótica, o estudo assume uma perspectiva interdisciplinar, articulando o campo das Letras aos estudos de imagem e aos estudos fronteiriços, buscando construir

² A revisão bibliográfica referente a este levantamento foi realizada entre maio de 2024 e outubro de 2025.

uma compreensão mais ampla das dinâmicas linguísticas que se manifestam na região pesquisada.

Existe uma troca cultural que transcende as delimitações internacionais, porém esse trânsito pode não ser equitativo entre os dois lados. Esse desequilíbrio é refletido na negação histórica da identidade fronteiriça por uma parcela dos habitantes de Corumbá, o que se resume na frase: “a fronteira é lá, e não aqui”. Para esses moradores, a fronteira é associada exclusivamente à Bolívia, e a identidade fronteiriça é vista como pertencente apenas aos bolivianos (Costa, 2015).

Entretanto, observa-se que ainda são escassos os estudos que explorem a perspectiva boliviana sobre a fronteira, o que abre lacunas importantes quanto ao entendimento de como os habitantes de Puerto Quijarro e de Arroyo Concepción definem ou vivenciam essa condição fronteiriça. Questões como “*o que a fronteira representa para os bolivianos?*”, “*quais sentidos atribuem ao trânsito cotidiano?*” e “*como percebem a mobilidade pendular?*” permanecem pouco investigadas. Vale destacar que o próprio termo “pendular”³ é um nominativo utilizado pelas pesquisas acadêmicas, não necessariamente reconhecido ou empregado pelos sujeitos que realizam esse deslocamento.

Apesar dessas lacunas, é possível perceber um fluxo constante de mobilidade diária entre os dois países, com deslocamentos motivados por trabalho, estudo, acesso a serviços de saúde e outras necessidades, compondo uma dinâmica transfronteiriça que envolve tantos brasileiros como os bolivianos.

Essa percepção da fronteira por parte dos corumbaenses contrasta com as vivências de quem cresce passando diariamente os limites entre os países. Eu sou fronteiriço⁴. Nascido e criado em Corumbá-MS, passei grande parte da minha infância atravessando diariamente a linha que separa (e ao mesmo tempo conecta) Brasil e Bolívia.

Minha mãe (brasileira, filha de mãe boliviana) atuava no comércio como representante de uma distribuidora de revistas de uma marca brasileira de roupas e artigos para casa em Corumbá e Ladário. Ao perceber a demanda boliviana, viu ali uma oportunidade para expandir seus negócios. Assim, com clientes fixos em Puerto Quijarro,

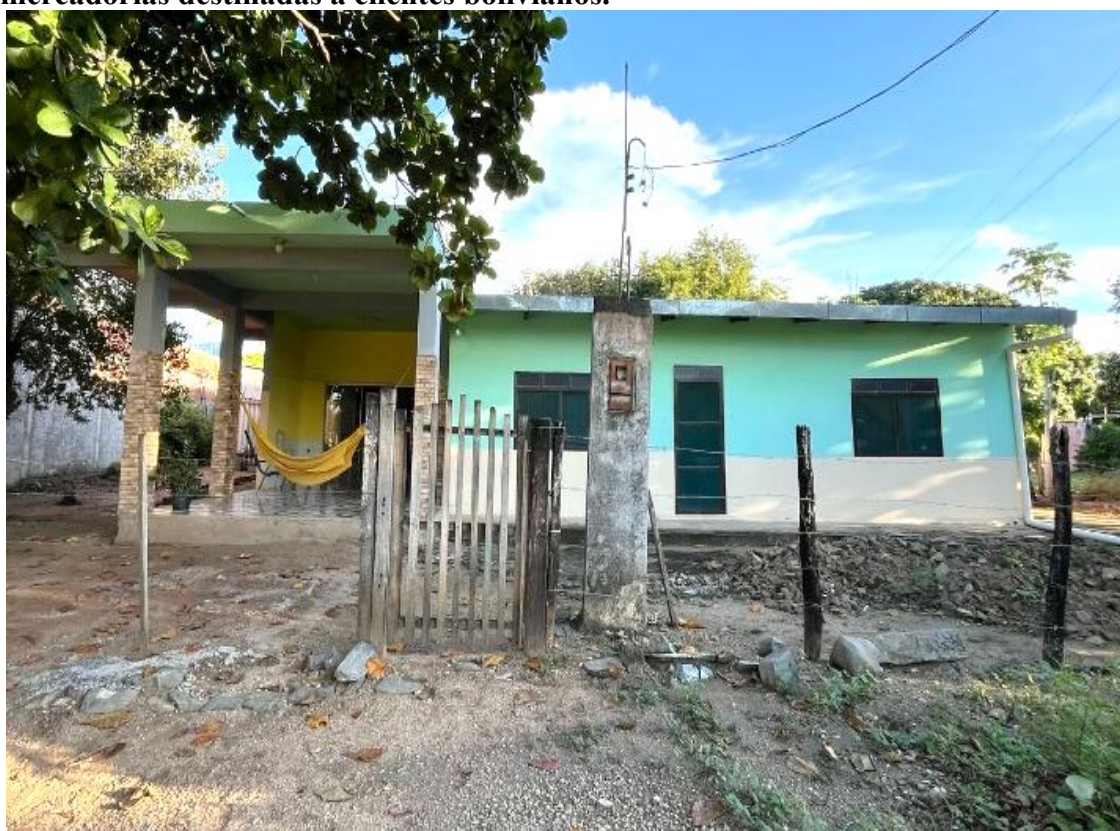
³ Os pendulares vivem em uma região de fronteira e cruzam regularmente para o país vizinho para trabalhar ou para estudar, retornando depois ao seu local de residência.

⁴ Nesta dissertação a primeira pessoa do singular será utilizada para relatar a aproximação do tema com o autor.

conseguiu estabelecer dois pontos de venda informal, funcionando nas casas de mulheres que recebiam e distribuíam as mercadorias semanalmente.

Infelizmente, os registros fotográficos desse período eram escassos. No entanto, durante uma visita em abril de 2025, consegui registrar a fachada de uma dessas casas, que foi um ponto estratégico dessa distribuição. Além de tirar fotos, passamos uma tarde relembando os momentos vividos naquela época: as experiências comerciais, as trocas linguísticas e culturais que marcaram profundamente nossa vivência na fronteira (Figura 1).

Figura 1 – Fachada da casa que foi um ponto estratégico de distribuição de mercadorias destinadas a clientes bolivianos.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Entre os anos de 2008 e 2012, foram criadas duas lojas legalizadas: uma em Puerto Quijarro e outra em Puerto Suárez, com envios frequentes por *flota*⁵, trem e/ou avião para cidades como Santa Cruz de la Sierra, La Paz, Cochabamba, além de povoados mais próximos na Bolívia.

Naquele tempo, eu tinha cerca de oito anos, e as compras *online* ainda eram praticamente inexistentes, o que fazia o comércio com os artigos brasileiros ser um grande

⁵ *Flota*, em castelhano, significa veículos usados para transporte, no caso, ônibus.

sucesso. Estudava pela manhã no Brasil e, no período da tarde, acompanhava minha mãe na loja boliviana. Esse movimento, que hoje reconheço como pendular, fazia parte da minha rotina, e, com ele, vieram aprendizados únicos: o contato com diferentes moedas – o real, o peso boliviano e o dólar –, com as línguas presentes na região e, também, o conhecimento sobre a cultura boliviana, que, apesar de ser descendente de boliviano, eu ainda não conhecia profundamente.

Apesar dessa imersão, abrangendo a semiconurbação⁶ composta pelos municípios de Corumbá e Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia), por falta de conhecimento, eu não compreendia a diversidade linguística. Tudo era generalizado como “castelhano boliviano”, ignorando as especificidades linguísticas da região, como as variedades do castelhano e a presença de línguas originárias. Além disso, não aprendi a falar o castelhano boliviano fluentemente nessa época. Minha comunicação se dava principalmente por meio do *portunhol*, uma forma espontânea e imediata de comunicação, que mescla o português e o espanhol⁷, bastante comum nas regiões de fronteira. Como explica Sturza (2019), trata-se de uma prática comunicativa usada em contextos específicos, que tem falantes, mas ainda não possui uma gramática estável.

A loja de Puerto Quijarro ficava na Avenida Luis Salazar de la Vega (Figura 2), uma via movimentada, marcada por um comércio intenso e pela presença de diversos registros escritos no espaço público. Foi ali que tive meus primeiros contatos com as línguas da região, lendo as fachadas das lojas vizinhas ao comércio da minha mãe, os cardápios dos restaurantes onde almoçávamos nos fins de semana e as placas improvisadas dos vendedores ambulantes que ofereciam pães, tortilhas, empanadas de queijo, *cuñapé*⁸, bem como *Mocochinchi*⁹, *Chicha*¹⁰ e refresco de *toronja*¹¹. Essa experiência cotidiana e simples marcou profundamente minha relação com a linguagem e, anos depois, me motivou a olhar com mais atenção para as diversidades linguísticas presentes na fronteira.

⁶ Núcleos urbanos não totalmente integrados fisicamente, mas com forte potencial de ligação cultural e econômica (Oliveira & Loio, 2019).

⁷ Até o momento, não há pesquisas específicas sobre o uso do portunhol na fronteira Brasil-Bolívia que a tratem essa língua de comunicação de forma aprofundada.

⁸ *Cuñape* é um pão feito de queijo e fécula de mandioca, tem semelhanças com o pão de queijo brasileiro.

⁹ *Mocochinchi* é uma bebida refrescante e açucarada feita com pêssegos descascados e desidratados.

¹⁰ *Chicha* é uma bebida feita a partir da fermentação do milho.

¹¹ Toronja é uma fruta cítrica híbrida, como um cruzamento acidental entre o pomelo com a laranja.

Figura 2– Fachada atual da loja instalada no local onde, em 2008, funcionava o ponto comercial da minha mãe.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A vivência nesse espaço multilíngue, aliada à observação da diversidade linguística no espaço urbano, fundamenta a escolha do local de pesquisa. Trata-se de uma área marcada pelo intenso trânsito humano de diversas nacionalidades, favorecendo a circulação de falantes de diversas línguas e a presença das publicidades expressas em diferentes linguagens no comércio, configurando como um importante referente linguístico e cultural nos estudos de fronteira. Conforme afirmam Delgado e Malet (2007), a cidade é entendida como um espaço de encontros e interações, e a rua, por sua vez, é vista como uma verdadeira instituição social. Isso ocorre porque, ao nos deslocarmos pelo espaço público, absorvemos conhecimentos por meio de diferentes canais de comunicação, como cartazes, fachadas e letreiros que encontramos nas ruas.

Esses conhecimentos correspondem ao conceito de PL, que, segundo Lecheta e Berger (2020), visa investigar como as línguas se manifestam nos ambientes de convivência social, tanto públicos quanto privados, e de que maneira as relações de poder se desenvolvem entre elas nesses espaços visíveis.

As línguas faladas pelas pessoas contribuem para a identificação dos diferentes grupos que convivem e interagem no espaço fronteiriço. O uso de múltiplas línguas no cotidiano é um fato comum na América Latina. Nesse contexto, muitas vezes essa diversidade linguística é resumida em generalizações, como a denominação das línguas: nacionais português e castelhano boliviano, o que oculta a riqueza linguística. Na fronteira, Mancilla Barreda afirma que

[...] as línguas que compõem o repertório linguístico dos habitantes expressam seu conjunto de valores, sentidos, crenças, símbolos que identificam culturalmente esses diversos grupos populacionais que interagem no espaço compartilhado nas práticas fronteiriças. (Mancilla Barreda, 2017, p. 146)

Isso posto, a questão central que se coloca na pesquisa é: quais línguas estão representadas na PL na região delimitada nesta pesquisa e quais são as implicações da presença e a ausência dessas línguas? Tanto a presença quanto a ausência dessas línguas carregam significados que merecem uma reflexão mais profunda, especialmente quando consideradas ao espaço em que circulam. O local desta pesquisa, caracterizado por sua diversidade, reflete uma dinâmica efervescente no cotidiano, visível nas relações comerciais, no trânsito e no ritmo das pessoas que circulam pelas ruas onde o comércio desempenha um papel central.

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar o papel da presença visual das línguas em um espaço multilíngue de fronteira Brasil-Bolívia. Como objetivos específicos, buscou-se: (a) registrar as possíveis diversidades linguísticas expressas nas paisagens linguísticas; (b) Identificar a diversidade linguística na fronteira Brasil-Bolívia; (c) Produzir um material multimídia que apresente a PL como um recurso turístico, destacando seu potencial para valorização cultural e linguística na região fronteiriça.

O texto desta dissertação está organizado em cinco seções principais, incluindo a Introdução e as Considerações Finais. Na Introdução, apresentamos a motivação pelo tema, a problemática, objetivos e uma breve contextualização do trabalho. A seção 1 trata da fronteira, das línguas e seus falantes neste espaço de contato e troca. A seção 2, desenvolvemos a fundamentação teórica, abordando as paisagens linguísticas, articulando o debate teórico sobre as políticas linguísticas, nacionalismo, preconceito e a racialização. A seção 3 apresenta o caminho metodológico adotado, detalhando o delineamento da pesquisa, os procedimentos e os métodos para a análise dos dados. Já a Seção 4 concentra-se na apresentação dos registros fotográficos, análise e discussão dos dados,

explorando a presença do castelhano boliviano, do português, do quéchua e da diversidade linguística presente na fronteira Brasil-Bolívia. A seção 5 propõe uma ação para visibilizar a diversidade linguística da região, por meio de uma plataforma multimídia que divulgará as paisagens linguística da fronteira em foco. Por fim, as Considerações Finais, retomamos os principais pontos discutidos ao longo do trabalho, destacando as contribuições da pesquisa para o campo dos estudos das Paisagens Linguísticas na fronteira.

1 A FRONTEIRA E SUAS LÍNGUAS EM USO

1.1 A fronteira como espaço de contato e troca

Definir fronteira é uma tarefa complexa, dada a diversidade de abordagens na literatura. Neste estudo, adotamos a perspectiva de Machado (2000) que a compreende como um espaço de comunicação e troca, situado no domínio do povo. Oliveira, Correia e Oliveira (2017) ampliam essa concepção, descrevendo-a como um palco de vivências, experiências e conflitos, aberto ao fluxo cotidiano de pessoas e mercadorias. Contudo, ainda persiste uma visão negativa sobre as fronteiras, associadas historicamente à ilegalidade: “um lugar privilegiado para as práticas de contravenções, de contrabando, para a fuga de um lado para o outro pelos crimes praticados numa localidade” (Oliveira, Correia & Oliveira, 2017, p. 207)

Nogueira (2017) reconhece três formas de compreender a fronteira. A primeira, denominada fronteira controlada, é aquela gerida pelo Estado, marcada pela vigilância de entrada e saída. A segunda, chamada fronteira percebida, corresponde à visão construída pelas populações do interior do país, fortemente motivada pela ideologia do Estado-Nação. Por fim, destaca-se a fronteira vivida, que será o foco desta pesquisa. Essa se caracteriza pelo contato e pela aproximação entre sujeitos, devendo ser compreendida a partir da percepção dos próprios habitantes e da maneira como se relacionam com o espaço. Nogueira ressalta ainda que a análise deve considerar o cotidiano local em suas múltiplas dimensões, como o lazer, o trabalho, o consumo, a defesa e as disputas.

Ramos Rojas (2020) utiliza a metáfora da porta e da ponte (Simmel, 2001), para pensar a fronteira como um espaço ambíguo: simultaneamente separa e conecta. A ponte simboliza a ideia de conexão e unificação, refletindo a interrelação entre o que divide e o que une, ao tornar as distâncias visíveis e mensuráveis. Já a metáfora da porta remete à separação, mas também carrega a noção de bilateralidade do que está dentro e o que está fora. Essa metáfora evidencia a dupla função das fronteiras: reforçar limites e, ao mesmo tempo, aproximar sujeitos, línguas e culturas, como ocorre nas relações cotidianas entre Brasil e Bolívia.

1.2 O contexto de Corumbá e Puerto Quijarro

O contato cotidiano entre línguas, culturas e pessoas, característico de uma fronteira vivida, é especialmente visível em Corumbá, cidade brasileira situada no estado de Mato Grosso do Sul, com população estimada de 99.107 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2024¹². Fundada em 1778, apresenta diversidade cultural marcada por influências de povos indígenas, bolivianos, paraguaios, argentinos, uruguaios, árabes, italianos e portugueses, refletida na culinária, música, religiões e tradições.

A cerca de 5 km de Corumbá está Puerto Quijarro (Santos, 2017), município boliviano no departamento de Santa Cruz, fundado em 18 de julho de 1940 e oficialmente criado em 30 de setembro de 1991 (Lei nº 1.263), com população estimada é de aproximadamente 19.000 habitantes em 2017 (INE)¹³.

Embora compartilhem uma intensa relação sociocultural, os municípios apresentam aspectos históricos, populacionais, geográficos e estruturais que exigem cautela em comparações diretas. O Quadro 1 sintetiza essas diferenças fundamentais e contribui para compreender as assimetrias entre os dois lados da fronteira, sem ignorar sua interdependência.

Quadro 1 – Dados comparativos entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia).

DADOS	CORUMBÁ	PUERTO QUIJARRO
Ano de fundação	21 de setembro de 1778	18 de julho de 1940
Número de habitantes	99.107 hab. (2024)	19.000 hab. (2017)
Distância da capital estadual/departamental	426 km de Campo Grande	604 km de Santa Cruz de la Sierra

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2024) e INE (2017).

Ambos os municípios configuram uma semiconurbação. Corumbá é oficialmente reconhecida como cidade-gêmea pela Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021, do

¹² Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

¹³ Disponível em: <<https://www.ine.gob.bo/index.php/puerto-quijarro-cuenta-con-aproximadamente-19-000-habitantes-a-2017/>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

Ministério do Desenvolvimento Regional¹⁴, embora barreiras naturais e artificiais ainda limitem a conurbação (Oliveira, 2019). Nos últimos anos, a distância entre os centros comerciais reduziu-se de aproximadamente 6 km para 2,5 km, devido à expansão urbana, especialmente do lado brasileiro, enquanto o distrito de Arroyo Concepción, em Puerto Quijarro, chega praticamente até a linha de fronteira, no principal ponto de travessia entre os dois países.

A forma como esse território é ocupado e vivido, conforme argumenta Mancilla Barreda (2017), permite questionar como se constrói o sentimento de pertencimento de um sujeito em relação ao espaço que habita. Se a fronteira é, em parte, construída pelas representações coletivas de seus habitantes (fronteiras simbólicas), logo sua forma de ocupação torna-se especialmente significativas para entender as dinâmicas sociais que se manifestam no cotidiano fronteiriço.

Além das características socioculturais e demográficas, há distinções jurídico-administrativas: a Bolívia estabelece a Zona de Segurança de Fronteira, delimitando uma faixa de 50 km, enquanto o Brasil adota a Faixa de Fronteira de até 150 km, ambas com foco na segurança e desenvolvimento regional. Essas divisões, denominadas polígonos fronteiriços estatais por Benedetti e Eguren (2024), são criadas para fins estratégicos, militares e de planejamento, como resumido no Quadro 2, com dados extraídos do *Atlas de las Fronteras*, que compila informações legais da América do Sul.

Quadro 2 – Marcos legais sobre a faixa de fronteira no Brasil e Bolívia.

Constituição			Leis orgânicas	
País	Categoria	Definição	Categorias	Definição
Bolívia	Zona de Segurança Fronteiriça	Uma faixa de 50 km adjacente à fronteira, sujeita a um regime jurídico, econômico, administrativo e de segurança especial, destinado a promover e priorizar seu desenvolvimento e garantir a	Zona Fronteiriça	A Zona de Fronteira estende-se por 50 km a partir da linha de fronteira.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/programa-fronteira-integrada-pfi/cidades-gemeas/portaria-no-2-507-de-5-de-outubro-de-2021.pdf/view>. Acesso em: 07 jun. 2025.

		integridade do Estado.		
Brasil	Faixa de Fronteira	A faixa de até 150 km de largura ao longo das fronteiras terrestres... considerada fundamental para a defesa do território nacional.	Faixa de Fronteira	É considerada uma área indispensável à Segurança Nacional, com uma zona interna de 150 km de extensão, paralela à linha divisória do território nacional.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados extraídos de Benedetti e Eguren, tradução nossa (2025).

Neste cenário, é importante destacar que o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, gerido pelo Ministério da Integração Nacional, dividiu a faixa de fronteira em três arcos: Norte, Central e Sul. Segundo Pegô (2021), o Arco Central, que inclui Mato Grosso do Sul, onde está localizado o local dessa pesquisa: uma cidade-gêmea, assim considerada por estar diretamente na linha de fronteira com outro país, apresentando forte potencial de integração econômica, social e cultural, mesmo sem, necessariamente, formar uma conurbação com localidade vizinha.

Diante desse panorama, percebe-se que a região de fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro vai além de uma mera linha divisória entre as nações. Trata-se de um território dinâmico, marcado por interações sociais, comerciais e culturais, cujos reflexos se manifestam também às formas de comunicação. A diversidade linguística presente no cotidiano local revela aspectos fundamentais das vivências e identidades que ali se constituem. A seguir, será exposta a presença e a circulação das línguas nesse espaço multilíngue de contato.

1.3 As línguas e seus falantes na fronteira Brasil-Bolívia

A diversidade linguística na fronteira Brasil-Bolívia é tão variável quanto os falantes das diversas línguas presentes na comunicação cotidiana. Em seus estudos sobre identidades regionais boliviana, Mancilla Barreda (2018) destaca o surgimento de movimentos sociais e sindicatos na Bolívia voltados à promoção de direitos historicamente ignorados. Uma transformação importante nesse processo foi a

valorização da identidade indígena, consolidada com a promulgação da Nova Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, em 2007, que evidencia a pluralidade cultural e linguística, ao reconhecer 36 línguas nativas.

O uso de múltiplos idiomas é um fato comum na América Latina. Essa pluralidade linguística também se manifesta no contexto de Puerto Quijarro, conforme descrito no *Plan Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI, 2016):

*Los idiomas más hablados en el municipio son el **castellano, portugués** y en menor proporción el idioma originario **ayoreo y bésiro**, por la migración de la población del interior del país a las zonas fronterizas, una fracción de la población es de habla **quechua y aymara** (Puerto Quijarro, 2016, p. 25, destaques nossos).*

No aspecto linguístico, esse documento constitui um importante instrumento para o planejamento e gestão territorial, além de registrar as línguas e identidades locais. Na versão mais recente, de 2021, não foram incluídos registros das línguas faladas no município, como ocorrera anteriormente. Essa ausência evidencia uma mudança na abordagem institucional, exigindo uma análise mais aprofundada para compreender os critérios e decisões envolvidos nesse direcionamento.

Em contrapartida, encontramos dados precisos no Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE, 2024) sobre o panorama linguístico em Puerto Quijarro. Considerando a população de 16.170 habitantes com idade de quatro anos ou mais, falantes de **línguas originárias**, encontramos o seguinte cenário:

Quadro 3 – Línguas bolivianas oficiais faladas em Puerto Quijarro.

Língua	Número de falantes
Castellano	15.000
Aymara	205
Quechua	463
Bésiro	02
Guarani	04
Gwarayu	01
Zamuco	76
Movima	01

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2024).

O significativo quantitativo de falantes das línguas originárias majoritárias, aymara e quechua, procedentes da região central e ocidental da Bolívia expõem o alto processo migratório interno das referidas regiões rumo à fronteira com o Brasil,

Tal resultado encontra respaldo na pesquisa de Mancilla Barreda (2017), que aponta o quéchua e o aymará, como línguas originárias mais faladas na Bolívia, especialmente nas regiões centrais e andinas (Callisaya Apaza, 2012), destacando-se em relação às línguas minoritárias locais como o bésiro, o guarani, o Gwarayu e o zamuco (ayoreo).

Embora o quéchua e o aymara não sejam predominantes na região do Oriente boliviano – onde se localiza Puerto Quijarro - elas fazem parte do cenário sociolinguístico em que essa população migrante está fortemente envolvida nas atividades comerciais informais, o que explica a presença transnacional dessas duas línguas também no comércio informal em Corumbá, a exemplo do que acontece nas feiras livres diariamente,

Ao dar início ao seu ritual de trabalho, no momento de preparação em que os feirantes interagem entre si enquanto realizam a montagem das barracas e a organização das mercadorias, é possível ouvi-los conversando em espanhol e muitas vezes comunicam-se em suas línguas nativas, por exemplo, em quéchua e/ou aimará, tendo como fundo musical as canções bolivianas tocadas na rádio. (Mancilla Barreda, Brandão, Borges, 2022, p. 234)

Os autores apontam que as feiras livres são espaços fronteiriços móveis onde as relações que se desenvolvem são complexas e implicam em discussões de território e territorialidades, manifestos nas práticas sociais, econômicas, culturais e linguísticas, considerando o plurilinguismo presente.

Ainda sobre o Quadro 1, fazemos dois destaques. O primeiro relacionado ao quantitativo de falantes de bésiro e sobre os falantes de zamuco, língua da comunidade ayorea. Em pesquisa realizada nas escolas de Puerto Quijarro, Mancilla Barreda e Conde (2023) expõem que em 2010, fundamentados no currículo regional da Chiquitania, adota-se o bésiro como segunda língua, no currículo da educação básica de Puerto Quijarro, tendo o castelhano como primeira língua, em atenção à política linguística de implementação da Lei Avelino Siñani-Elizardo Pérez, conhecida como Lei 070 (2010).

Observamos que, segundo o INE (2024), apenas há 02 falantes dessa língua nessa cidade. Tal fato nos leva a refletir sobre o desafio de ensinar uma língua que não é do conhecimento dos professores de Puerto Quijarro, conforme eles próprios manifestam nas entrevistas que compõe o artigo de Mancilla Barreda e Conde (2023, p. 26), conforme

aponta uma professora: “sim, houve muita discussão sobre o assunto porque nós, os professores, não estávamos preparados nem capacitados para dar a matéria ou a área do bésiro-chiquitano”¹⁵.

Com relação ao zamuco, como é reconhecida a língua dos ayoreo, a pergunta que paira no ar é: por que não foi adotado zamuco, visto se tratar de uma língua originária local, especialmente se há falantes dessa língua que habitam Puerto Quijarro? A pesquisa de Mancilla Barreda e Conde (2023), expõe as vozes dos professores locais, entrevistados a esse respeito. Um dos professores argumenta que os ayoreo pertencem a um grupo reduzido,

“[...] *São diferentes e têm seu dialeto muito particular. [...] Foram chamados, mas eles não quiseram nos ensinar. Optou-se por ensinar o besiro.*” Este depoimento expressa uma visão do distanciamento social (eles não quiseram nos ensinar), cultural (são diferentes) e linguístico (têm um dialeto, não uma língua) dos ayoreo para com a comunidade local (Mancilla Barreda, Conde, 2023, p. 27, tradução nossa)¹⁶.

Posto que a implementação da Lei 070 (2010) prevê a inclusão das línguas originárias no currículo da educação básica, com a finalidade de revitalizar as línguas minorizadas (e muitas vezes minoritárias), bem como seus falantes, era de se esperar que seria pertinente e necessário incluir o zamuco no currículo da educação básica em Puerto Quijarro, especialmente se consideramos que os ayoreo formam uma comunidade urbana em Puerto Quijarro e que esse gesto de valorização da sua cultura, poderia repercutir positivamente, visto que na prática, a comunidade *ayoreo* é invisibilizada em diferentes aspectos, vive socialmente isolados e muitos enfrentam condições de extrema pobreza e mendicância.

Consideramos que expor o mapeamento das línguas na região, não nos exime de tecer reflexões que possam contribuir com avaliações que por ventura sejam feitas das políticas linguísticas aplicadas no contexto fronteiriço em foco.

Com relação à presença das **línguas estrangeiras registradas em Puerto Quijarro**, recolhemos os seguintes dados.

¹⁵ No original: “sí, hubo mucha discusión sobre el tema en cuestión por el motivo de que nosotros los docentes no estábamos preparados ni capacitados para dar la materia o área del bésiro-chiquitano.” (tradução nossa).

¹⁶ No original: “[...] *Son diferentes y tienen su dialecto muy particular. [...] Se los llamó, pero ellos no quisieron enseñarnos. Se optó por enseñar el besiro.*” Este depoimento expressa uma visão do distanciamento social (ellos no quisieron enseñarnos), cultural (son diferentes) e linguístico (tienen un dialecto, no una lengua) dos ayoreo para com a comunidade local”

Quadro 4 – Línguas estrangeiras faladas em Puerto Quijarro.

Língua	Número de falantes
Árabe	01
Francês	01
Holandês	02
Inglês	04
Japonês	01
Português	243
Russo	01

Fonte: Adaptado do Instituto Nacional de Estadísticas (INE, 2024).

Os dados estatísticos apresentados no Quadro 4 expõem o quantitativo de falantes das línguas estrangeiras em Puerto Quijarro, mas não nos permitem entender, qual é o papel da língua estrangeira mais falada nesse município, neste caso, o português. Para tanto, vamos fazer uso dos documentos diagnósticos locais: o *Plan de Desarrollo Municipal* (PDM) de 2001 e 2007 e o *Plano Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI, 2016), citado anteriormente.

Ao analisar o PDM de 2001, encontramos que o português é classificado como “idioma estrangeiro”. Já no PDM de 2007, essa língua passa a aparecer entre as línguas mais faladas depois do castelhano. Tal situação se reitera no PTDI de 2016, em que o português consta entre as línguas mais faladas no município, sendo a segunda mais utilizada pela população local, o que indica sua consolidação como língua de uso cotidiano e não mais como língua estrangeira.

Cabe destacar que a mudança de status da língua portuguesa é analisada a partir dos documentos diagnósticos já mencionados, refletindo a condição de “língua em uso dos falantes, residentes em Puerto Quijarro”. Essa aquisição ocorre por meio de situações de aproximação com falantes dessa língua, pelo uso das mídias em língua portuguesa, entre outros. Muitos jovens aprendem português dessa forma, enquanto os adultos encontram maiores dificuldades. Por outro lado, constatamos que a aprendizagem da língua portuguesa não ocorre por meio do processo de escolarização, visto que o currículo local aponta para o ensino da língua inglesa como língua estrangeira na educação básica.

Numa perspectiva mais ampla, o castelhano boliviano tem características plurilíngues, acorde com as características do país, evidenciando as variedades regionais dessa língua, resultando em variedades dialetais que se mantêm até os dias atuais.

Em Puerto Quijarro, identificam-se duas variedades predominantes do castelhano: o *castelhano-camba*, falado principalmente pela população nativa da região, e o *castelhano-colla*, associado aos migrantes, procedentes de diferentes partes da Bolívia, caracterizado pelo bilinguismo com o *quéchua* e o *aimará*. O *castelhano-colla*, originário da região dos Andes e dos vales, desenvolveu-se especialmente na área oriental da Bolívia, próxima à fronteira com o Brasil. De acordo com Mancilla Barreda e Marquez (2022), essa variedade adquiriu, ao longo do tempo, características linguísticas próprias, tornando-se um importante marcador identitário para seus falantes e refletindo uma maneira particular de se expressar.

As observações em processo de sistematização apontam que entre os mais jovens e os recém-chegados à fronteira, é frequente a adoção do castelhano-camba, como forma de buscar a inclusão social, uma vez que essa variedade parece possuir maior prestígio na comunidade local. No entanto, essa notoriedade não está necessariamente vinculada à condição econômica, já que os comerciantes collas dominam o comércio local, desafiando, assim, a associação entre a língua e o status social (Mancilla Barreda, 2017).

Essa realidade pôde ser observada de forma prática durante a participação do autor, ainda na graduação, de um Projeto de Extensão (UFMS-PAEXT 2018)¹⁷, destinado ao ensino de português aos comerciantes atuantes nas feiras livres de Corumbá-MS, muitos dos quais se expressavam utilizando a variedade do castelhano-colla. O projeto de extensão também revelou as dificuldades relacionadas à língua portuguesa que os comerciantes bolivianos enfrentam, desenvolvendo, junto com os compradores uma intercomunicação espontânea para efetivar o processo de compra e venda.

Ao longo deste estudo temos apontado as interações mediante as línguas majoritárias, o português corumbaense e o castelhano boliviano na fronteira Bolívia-Brasil. Tendo em conta que o comércio e serviços são eixos importantes nas relações entre os habitantes locais, a balança comercial entre um e outro país muda de acordo ao poder aquisitivo destes. Consideramos os últimos seis anos para apontar algumas mudanças entre as relações comerciais entre os fronteiriços.

Em 2019 é publicada notícia em jornal de abrangência estadual uma notícia a esse respeito com o sugestivo título “Consumidores da Bolívia ‘salvam’ comércio de

¹⁷ Essa experiência foi apresentada no *I Congresso de Português como Língua Estrangeira*, realizado na Columbia University (Nova York), e registrada no capítulo “Línguas na fronteira: ensino e aprendizagem de português para feirantes bolivianos em Corumbá-MS”, no livro **Migrações e suas subjetividades**, organizado por Eric Júnior Costa, Flávia Campos Silva e Elisa Mattos de Sá.

Corumbá”¹⁸, em que se indica a bonança boliviana atrelada à estabilidade do dólar vigente nesse período. Em resposta a essa situação, alguns comerciantes de Corumbá começaram a adotar novas práticas para atrair consumidores. Um exemplo é a notícia publicada no Diário Corumbaense (Figura 3), que, em 2020, entrevistou o proprietário de uma loja de roupas na Frei Mariano, principal via do comércio central de Corumbá. Esse comerciante passou a aceitar, além do dólar, a moeda boliviana. Essa mudança também reflete uma tendência crescente de adaptação ao contexto econômico e social da região.

Figura 3 – Comerciantes de Corumbá adaptam-se às mudanças econômicas e começam a aceitar moeda boliviana para atrair clientes.¹⁹



Fonte: Diário Corumbaense. Foto: Anderson Gallo (2020, recorte nosso).

É possível comprovar que mesmo nesses estabelecimentos, os atendentes, e os comerciantes brasileiros, de um modo geral, não falam em espanhol, fazendo uso de um português misturado com espanhol, denominado, a priori, *portunhol* como prática comunicativa recorrente, resultante do contato entre essas duas línguas. A esse respeito,

¹⁸ ANDRADE, Silvio, Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá. Correio do Estado, 03 ago. 2019. Disponível em: <https://correiadoestado.com.br/economia/consumidores-da-bolivia-salvam-comercio-de-corumba/358028/>. Acesso em: 10 out. 2025.

¹⁹ CABRAL, Leonardo. Com a abertura da fronteira, movimento de bolivianos é intenso no comércio de Corumbá. Diário Corumbaense, 11 set. 2020. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=119723>. Acesso em: 20 jun. 2025.

uma reportagem do *Bom dia Brasil* (GloboPlay, 2019)²⁰ ilustra como o comércio de Corumbá tem se adaptado ao fluxo constante de consumidores bolivianos, que atravessam a fronteira motivados pelo câmbio favorável – com o real valendo menos de dois pesos bolivianos nesse ano – o que torna os produtos brasileiros mais acessíveis. A matéria ressalta que, para trabalhar no comércio local, “já não dá para falar somente o português, no mínimo tem que sair um portunhol”. Apesar de não haver registros de estudos linguísticos sobre o portunhol nessa região de fronteira, esse fenômeno já é amplamente reconhecido como uma ferramenta linguística essencial nas relações fronteiriças.

A partir da fronteira entre o Brasil e o Uruguai, a pesquisadora Eliana Sturza (2019) aponta o portunhol como uma forma estratégica de comunicação, empregada em situações específicas e com propósitos determinados. Seus estudos consideram contextos onde as dinâmicas linguísticas, culturais e históricas são distintas à fronteira Bolívia-Brasil apesar dessas diferenças, sua abordagem sobre a intercompreensão entre falantes de línguas próximas e o papel do portunhol nas práticas sociais contribui para refletir sobre fenômenos semelhantes em outras regiões.

Tomamos como exemplo a fronteira norte da Bolívia com o Brasil. Lipski (2007) desenvolveu seus estudos no Departamento de Pando, capital Cobija. Sua pesquisa evidencia que, a diferença dos estudos realizados na fronteira com o Uruguai, em que o *portunhol fronterizo* é uma variedade vernacular do português do sul do Brasil (português gaúcho), o portunhol de Cobija toma como base o espanhol. Registra, ainda, o estudioso um *portuñol* produzido pelos bolivianos e outro portunhol produzido pelos brasileiros nas interlocuções espontâneas.

Os estudos relativos à língua de contato entre as cidades gêmeas Corumbá e Puerto Quijarro: *portunhol*, *portuñol* ou *castelhanol*, como venha a ser denominado, é um tema que está em desenvolvimento. Conforme Mancilla Barreda (2017), o portunhol na região é parte das “línguas de fronteira”, isto é, repertórios flexíveis utilizados pelos falantes para negociar sentidos, reduzir barreiras linguísticas e facilitar a convivência entre brasileiros e bolivianos. Não se trata de uma variedade fixa, mas de um continuum em que falantes alternam estruturas do português e do espanhol conforme o contexto. Para muitos habitantes, o portunhol possibilita o acesso ao trabalho, ao comércio, aos serviços e às redes sociais que conectam diariamente Corumbá e Puerto Quijarro.

²⁰ **Reportagem:** *Bom Dia Brasil. Milhares de bolivianos cruzam a fronteira para fazer compras em Corumbá-MS.* GloboPlay, 7 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/7280885/>. Acesso em: 21 jun. 2025.

No âmbito educativo, o cenário em Corumbá revela uma realidade complexa entre os alunos, alguns dos quais hispanofalantes, procedentes da Bolívia, porém portadores de identidade brasileira. No âmbito acadêmico esses alunos são reconhecidos de diferentes formas, uma delas é “alunos brasileiros de origem boliviana”²¹. Na escola, porém são reconhecidos apenas como “alunos bolivianos”. Segundo Mancilla Barreda e Conde (2024), o ambiente escolar do município registra a presença significativa desses alunos, situação que requer políticas públicas de acolhimento a essa categoria de migrantes, considerados estrangeiros ou, ainda classificados como “alunos migrantes internacionais”, portanto com amparo legal para ser matriculados no sistema educativo brasileiro.

Com relação à política linguística que organiza o sistema educativo em Corumbá, as autoras destacam algumas iniciativas legislativas que buscaram fortalecer a presença do espanhol no currículo escolar, como a lei nº 1.322/1993 e a lei nº 2.282/2012, que previa o espanhol como segundo idioma em Corumbá, visando valorizar a cultura local. Já a lei nº 2.486/2015 também inclui ações para fomentar a cultura latina e o ensino do espanhol na rede municipal. Como observam Mancilla Barreda e Conde (2024), a língua deve ser compreendida não como um conteúdo escolar, mas como uma prática social vinculada as expressões culturais, identidades e pertencimentos fronteiriços.

Com relação às línguas originárias da região, mencionamos o Guató, considerado um povo transfronteiriço cuja língua encontra-se silenciada, devido à falta de falantes da mesma. Apesar dos esforços por parte de alguns descendentes dessa cultura e de estudiosos, a língua guató se encontra em risco de extinção, o que gera impactos culturais significativos. Segundo Bumlai (2022), essa língua se encontra no nível 4, segundo critérios da UNESCO, o último antes de sua extinção. A extinção de uma língua vai além da simples perda da comunicação entre seus falantes, pois há uma conexão inseparável entre língua e cultura, envolvendo identidade, culinária, medicina, histórias e saberes populares.

Apesar da situação crítica em que se encontra a língua Guató, existem aspectos positivos que contribuem para sua preservação. De acordo com Bumlai (2022), a

²¹ Alunos nascidos no Brasil, que residem na Bolívia, provavelmente com pais bolivianos ou apenas um deles. Esta é uma das definições desses alunos. Porém os arranjos são diversos. As vezes esses alunos residem em Corumbá, deixando de ser classificados como pendulares, mas, mesmo residindo no Brasil, ainda assim são denominados bolivianos na escola.

comunidade da Aldeia Uberaba, junto com sua liderança, demonstra um grande interesse em resgatar a sua língua, a cultura e a identidade de seu povo, buscando sua revitalização.

A cerca de 350 km do município de Corumbá, está localizada a Escola Estadual Indígena João Quirino de Carvalho – “Toghopanaã”, situada no coração da Aldeia Uberaba. Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a língua Guató é ensinada como disciplina regular no currículo de todas as séries, sob o nome de “Língua Étnica Guató”, porém, os professores relataram dificuldades relacionadas ao conhecimento da estrutura da língua e à escassez de materiais didáticos.

Fora do ambiente escolar, a língua guató não está presente no cotidiano da fronteira Brasil-Bolívia. Não há registros de falantes ativos da língua na área urbana. De acordo com reportagem do Correio do Povo (2022)²², o último indígena conhecido a falar fluentemente a língua guató é Vicente Manoel da Silva, que vive de forma isolada à beira do Rio São Lourenço, no Pantanal sul-mato-grossense. Ele afirma: “Todos com quem eu falava já morreram”.

Quanto à presença simbólica da língua ou de referências à etnia no espaço público, observa-se que existem elementos que fazem menção ao povo Guató, como o bairro Guatós e o Poliesportivo Nação Guató²³. No entanto, esses registros são nominais e não apresentam a língua guató em uso escrito. Além disso, a presença política e social da etnia também se manifesta por meio de lideranças locais, como Anísio Guató, professor de geografia e ativista, que já disputou diversos cargos eletivos em Corumbá, embora não tenha sido eleito²⁴.

Enquanto a visibilidade guató está fortemente associada a expressões simbólicas e a resistência identitárias, outras comunidades da cidade estabelecem sua presença de maneira distinta, a exemplo das comunidades falantes de árabe em Corumbá.

Tendo em vista que não foram encontrados registros de estudos linguísticos voltados ao uso da língua árabe na fronteira em foco, utilizamos pesquisa sobre a presença da comunidade de falantes de árabe em Corumbá. Os estudos apontam que a língua árabe está relacionada à expressiva comunidade árabe da cidade, composta por

²² Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/arteagenda/o-%C3%BAltimo-ind%C3%ADgena-a-falar-a-l%C3%ADngua-guat%C3%B3-1.938226>. Acesso em: 30 jul. 2025.

²³ Localizado na Rua Geraldino de Barros, 1122 – Bairro Centro América. No local são desenvolvidas diversas atividades esportivas e comunitárias, como futsal, natação, voleibol, hidroginástica, zumba, entre outros. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/loais/29>. Acesso em: 30 jul. 2025.

²⁴ Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=136154>. Acesso em: 30 jul. 2025.

aproximadamente 95% de palestinos. No final do século XIX, a cidade consolidou-se como um importante polo comercial.

Conforme Rosa e Castelão (2014), a história registra que o desenvolvimento de Corumbá como um porto de grande importância na navegação fluvial na região, representava uma grande oportunidade econômica que atraiu imigrantes de diversas partes do mundo – especialmente sírios, palestinos e libaneses – conhecidos como “turcos” pelos corumbaenses.

Para exemplificar a presença dos árabes, em 2023, foi realizada uma passeata pelas principais ruas do Centro de Corumbá em protesto contra os massacres na Faixa de Gaza e em defesa da paz (Figura 4). A manifestação reuniu palestinos e seus descendentes, muitos dos quais são comerciantes, evidenciando como o vínculo histórico com sua cultura de origem continua vivo no espaço público da cidade.

Figura 4 – Passeata da comunidade palestina em Corumbá, evidenciando sua presença na cidade e reafirmando a sua identidade cultural e social.²⁵



Fonte: Diário Corumbaense. Foto: Anderson Gallo (2023, recorte nosso)

²⁵ CABRAL, Leonardo. *Comunidade palestina em Corumbá pede fim de massacre em Gaza*. Diário Corumbaense, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=141167>. Acesso em: 20 jun. 2025.

Os árabes, segundo Rosa e Castelhão, participaram e continuam participando ativamente da economia local, tendo se tornado importantes agentes no processo de crescimento e desenvolvimento de Corumbá ao longo do tempo. A experiência e familiaridade com o comércio contribuíram para a consolidação de diversos estabelecimentos, sobretudo na área central. A língua árabe ainda circula entre os membros da comunidade, especialmente no ambiente familiar²⁶, onde também se preservam tradições culturais e religiosas.

Em suma, o panorama linguístico na fronteira Brasil-Bolívia é marcado por uma complexa convivência entre línguas originárias, nacionais, estrangeiras e de contato. Muitas vezes, essa diversidade é reduzida a generalizações como “português” e “castelhano”, o que pode ocultar a riqueza linguística e cultural presente no cotidiano fronteiriço. Essa diversidade também se manifesta na paisagem linguística da fronteira, tema que será aprofundado a seguir, com suas implicações para o reconhecimento e valorização dos usos e representações das línguas na área comercial.

²⁶ Em conversa informal com um morador de Corumbá, de origem libanesa, foi relatado que, em sua convivência com famílias palestinas, libanesas e sírias, o árabe, de modo geral, é conservado no convívio familiar – ambiente em que também são mantidas as tradições, os costumes e a cultura de forma mais ampla. Ainda segundo o relato, o aspecto religioso mostrou-se mais presente entre a segunda e a terceira geração, já que a primeira não foi tão explícita nesse aspecto.

2 PAISAGEM LINGUÍSTICA NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

2.1 A Política Linguística e sua relação com a Paisagem Linguística

As cidades são espaços marcados por uma diversidade de símbolos e linguagens, visíveis em diferentes suportes urbanos, como placas de trânsito, nomes de ruas e edifícios, informações turísticas, letreiros, fachadas de lojas, propagandas e outros componentes urbanos. Esses sinais configuram o que se denomina Paisagem Linguística (doravante PL), conceito que, segundo Lecheta e Berger (2020), investiga como as línguas se manifestam nos ambientes de convivência social, tanto públicos quanto privados, e de que maneiras as relações de poder se desenvolvem entre elas nesses espaços visíveis.

O conceito de PL foi inicialmente proposto por Landry e Bourhis (1997), que o associaram à **visibilidade e a relevância das línguas em sinais públicos e comerciais em um dado território**. Para os autores, a PL desempenha duas funções principais: a **informativa**, ao demarcar fronteiras linguísticas e identificar o espaço pertencente a uma comunidade de fala, e a **simbólica** que está relacionada às questões de visibilidade e a invisibilidade de representação dessas comunidades, refletindo as relações de poder entre os grupos linguísticos dominantes.

Complementando essa perspectiva, Shohamy (2006) enfatiza que os elementos linguísticos visíveis no espaço público não são neutros, mas constituem políticas que expressam ideologias e relações de poder. A autora afirma:

Argumenta-se aqui que a presença (ou ausência) de manifestações linguísticas no espaço público comunica uma mensagem, intencional ou não, consciente ou inconsciente, que afeta, manipula ou impõe de fato a política e a prática linguística. Assim, a presença (ou ausência) de elementos linguísticos específicos, exibidos em línguas específicas, de uma maneira específica, envia mensagens diretas e indiretas em relação à centralidade versus a marginalidade de certas línguas na sociedade²⁷ (Shohamy, 2006, p. 110, tradução nossa)

As manifestações linguísticas no espaço urbano resultam também de processos de **gestão das línguas**, isto é, de estratégias, práticas e ações realizadas por uma diversidade de agentes (Berger & Elsenbach, 2017). Essa gestão pode promover ou silenciar línguas, produzindo efeitos de invisibilidade ou apagamento linguístico, e se manifesta tanto por

²⁷ No original: “It is argued here that the presence (or absence) of language displays in the public space communicates a message, intentional or not, conscious or not, that affects, manipulates or imposes de facto language policy and practice. Thus, the presence (or absence) of specific language items, displayed in specific languages, in a specific manner, sends direct and indirect messages with regard to the centrality versus the marginality of certain languages in Society.” (Shohamy, 2006, p. 110, tradução nossa)

instrumentos legais, como atos normativos, documentos ou leis, quanto por ações de indivíduos e grupos que intervêm na paisagem visual (Spolsky, 2009). Entre os gestores da PL incluem-se tanto os agentes da administração pública, responsáveis pelos sinais oficiais (*top-down*), quanto os sinais não oficiais (*bottom-up*), criados por comerciantes, produtores de anúncios, organizações privadas ou outros grupos e indivíduos que imprimem marcas linguísticas no espaço público.

Complementando, Shohamy (2006) amplia essa discussão ao destacar que a exibição da linguagem no espaço público transmite “mensagens simbólicas quanto à legitimidade, relevância, prioridade e padrões das línguas e das pessoas que elas representam²⁸” (Shohamy, p. 110, tradução nossa). Para a autora, o espaço urbano funciona como uma arena política, onde diferentes agentes (governos, empresas e comunidades) utilizam a linguagem para afirmar o poder, controle, identidade nacional, reconhecimento e autoexpressão. Assim, a linguagem no espaço público pode ser compreendida como um dos principais mecanismos que afetam as políticas linguísticas de fato, pois nele ocorrem disputas entre grupos que buscam definir o lugar e os valores das línguas na sociedade.

Além da dimensão simbólica, os textos presentes na PL possuem um caráter funcional, seja para informar, vender ou proibir. Ao mesmo tempo, carregam simbologias linguísticas, territoriais e políticas. A análise da PL, portanto, permite avaliar o *status* e o poder de determinadas línguas e dos grupos sociais, evidenciando tanto a superexposição quanto a invisibilização de certas línguas no espaço urbano. Conforme Yaruro e Martiny (2024), a PL funciona como um “espelho” da sociedade, refletindo diversidade cultural, políticas linguísticas adotadas (ou não), a educação pluri/multílingue, as variedades linguísticas e percepções das comunidades e autoridades sobre as línguas no território.

O estudo da PL se torna mais significativo em contextos fronteiriços, onde a convivência de múltiplos idiomas é intensa e marcada por tensões simbólicas e políticas. A **Política Linguística** busca orientar o uso das línguas na sociedade para garantir sua circulação, visibilidade e desenvolvimento (Rajagopalan, 2013, apud Yaruro & Martiny, 2024). Para as autoras, a sociedade e as línguas estão em constante mudança, e as situações linguísticas que atualmente presenciamos são resultado de intervenções humanas ao longo da história, muitas vezes com o objetivo de legalizar e/ou minimizar determinadas línguas presentes nos territórios.

²⁸ No original: “The display of language transmits symbolic messages as to the legitimacy, relevance, priority and standards of languages and the people and groups they represent.” (Shohamy, 2006, p. 110, tradução nossa).

Essa concepção dialoga com Cooper (1989), revisitado por Severo (2013), que propõe uma questão central para compreender o campo da política e do planejamento linguístico: “**Quem planeja o que para quem e como?**”. A partir desse questionamento, Cooper busca identificar os principais elementos que compõem o processo de formulação de políticas linguísticas: os agentes envolvidos (*quem e para quem*), o objeto de intervenção (*o que*) e as formas de implementação (*como*). A política linguística não se limita ao governo, envolvendo múltiplas instâncias, como as esferas governamentais, jurídicas, educacionais, midiáticas e civis, que influenciam o uso e o prestígio das línguas.

Severo (2013) diferencia dois grandes tipos de intervenção: o *planejamento de corpus*, voltado à estrutura interna da língua como a ortografia, gramática, vocabulário; e o *planejamento de status*, que se refere ao papel social e político das línguas, isto é, seu valor simbólico, aos contextos e às condições de uso. Historicamente, o *planejamento de corpus* recebeu maior atenção dos linguistas, enquanto o de status, essencial para entender a visibilidade e invisibilidade das línguas, foi menos considerado.

Além disso, a autora enfatiza que a natureza das regras que definem o *status* e o prestígio das línguas não é neutra, mas política, uma vez que os processos de circulação das línguas estabelecem “hierarquias, refletem/constroem desigualdades linguísticas e sociais, aproximam ou distanciam grupos, favorecem certas comunidades linguísticas em detrimento de outras, instauram práticas legitimadoras de certas línguas e de apagamento de outras, etc.” (Severo, 2013, p. 457).

Nesse contexto, a noção de **poder** torna-se fundamental para compreender as relações entre verdade/saber, poder e sujeito. Inspirando-se em Foucault (1995), Severo (2013) entende o papel no âmbito da Política e do Planejamento Linguístico como uma rede de relações “múltiplas, difusas, fluidas, dinâmicas e vinculadas, diretamente, à produção, circulação e recepção dos discursos” (p. 459). O poder não se restringe ao poder soberano (jurídico ou Estado), manifestando-se também nas práticas locais e regionais, afetando o uso, prestígio e a legitimidade das línguas.

A autora ressalta que a oficialização de políticas linguísticas em nível federal e municipal não garante automaticamente a circulação ou o prestígio das línguas. Diversos fatores ideológicos, políticos, econômicos e históricos influenciam a eficácia dessas políticas: a falta de compreensão sobre a importância das línguas minoritárias, mitos sobre os custos do multilinguismo, desconhecimento da história local das línguas, entre outros. Assim, para

promover circulação e pluralidade, as intervenções devem considerar essa complexa rede de relações.

Com base nas reflexões de Foucault, Severo (2013) argumenta que a dinâmica das relações de poder não são externas ao funcionamento das línguas, mas constituem o próprio “motor de constituição e circulação” (p. 470). Entender essa dinâmica significa reconhecer que o poder permeia toda a rede social, incluindo sujeitos locais, práticas, crenças e tecnologias, que passam a integrar uma política linguística real. Nesse sentido, propõe duas formas de compreender as relações entre línguas, sujeitos, tecnologia e Estado: uma voltada à dimensão disciplinar e a outra para uma intervenção pública, comprometida com a democratização do espaço linguístico e pluralidade discursiva.

Ao transitar por ambientes urbanos e observar as línguas presentes nas mensagens escritas, é possível perceber relações de poder e prestígio entre os idiomas, além de identificar possíveis demarcações de territórios linguísticos. Day (2025) destaca que as PL evidenciam práticas comunicativas, representação, identidade e atitudes linguísticas. A assimetria entre as línguas visíveis nesses espaços aponta, por meio da ausência de certas línguas, práticas contínuas de apagamento linguístico ou marginalização.

Com o amadurecimento do campo, os estudos sobre PL passaram a incorporar abordagens mais contextuais. Pennycook (2017), apoiado nas contribuições de Blommaert (2013), ressalta que não basta mapear a quantidade de línguas presentes, é preciso questionar: “quem as colocou ali, como são interpretados e qual o papel que desempenham em relação ao espaço, à migração e à mobilidade”²⁹ (Pennycook, 2017, p. 270, tradução nossa). Essa perspectiva dialoga com a teoria da translanguagem, que, em vez de tratar as línguas como sistemas autônomos, entende as práticas linguísticas como “um único repertório linguístico com características que foram construídas socialmente como pertencentes a duas línguas distintas”³⁰ (García; Li, 2014, p. 2, tradução nossa).

A PL vai além da simples transmissão de informações, funcionando como chave para compreender fenômenos sociais e dinâmicas de poder entre línguas e grupos sociais. Lecheta e Berger (2020) destacam que os estudos em PL oferecem uma ferramenta crucial para compreender como o espaço urbano atua como um ponto de encontro acessível e democrático,

²⁹ No original: “[...] who put them there, how they are interpreted, and what role they play in relation to space, migration and mobility.” (Pennycook, 2017, p. 270, tradução nossa).

³⁰ No original: “[...] as one linguistic repertoire with features that have been societally constructed as belonging to two separate languages.” (García, Li, 2014, p. 2, tradução nossa)

onde essas interações linguísticas e visuais refletem a diversidade e as relações sociais em constante transformação. Como afirmam as autoras:

Esses elementos podem estar contidos nos letreiros dos estabelecimentos comerciais, nas placas que contêm informações de trânsito ou de localização, nos outdoors e banners espalhados pela cidade, pelas manifestações linguísticas e artísticas performadas nos muros e nas paredes, assim como toda e qualquer forma de representação linguística exposta no meio público e privado. (Lecheta; Berger, 2020, p. 193)

Conforme apontam as autoras, mais do que observar a variedade de línguas presentes na paisagem urbana, é essencial considerar as intenções e demandas expressas nas manifestações linguísticas. Essas expressões podem revelar a resistência ao poder estabelecido – aquele que determina quem tem acesso ao espaço – e evidenciar a atuação dos grupos e sujeitos que, ao ocupar o espaço urbano por meio de inscrições, por exemplo, na região comercial de fronteira, buscam promover a democratização desses espaços por meio da linguagem.

Day (2021, p. 21) destaca que “as paisagens e as políticas linguísticas remetem frequentemente a prismas de uma mesma realidade: a coexistência de diferentes línguas em um mesmo espaço geopolítico ou em espaços limítrofes, fato que supõe contato social e linguístico”. A autora acrescenta que os efeitos desse contato variam conforme a intensidade das interações e o status das línguas envolvidas, o que reforça a interdependência entre as práticas visuais e as decisões institucionais sobre as línguas, revelando como o espaço urbano se torna um reflexo material das relações de poder e das dinâmicas identitárias.

No Brasil, o campo de estudos em PL ainda é recente, mas tem apresentado crescimento expressivo nos últimos anos. Day (2025) destaca que as primeiras pesquisas foram desenvolvidas em 2016: Vecchia (2016) analisou a PL como instrumento de política linguística em comunidades de imigração suábica/alemã, e Vecchia e Jung (2016) investigaram mobilidade e representação identitária em contexto suábio-brasileiro.

No mesmo período, Soares, Lombardi e Salgado (2016) estudaram repertórios comunicativos e contatos linguístico-culturais na cidade de Juiz de Fora (MG), enquanto Silva, Santos e Jung (2016) analisaram a PL transfronteiriça de Foz do Iguaçu (PR), sob a perspectiva do multilinguismo e das políticas linguísticas. Faria (2016), com abordagem de análise do discurso, examinou letreiros em bairro urbano em Natal (RN) revelando sentidos sobre o espaço e a identidade local.

De acordo com Day (2025), essas pesquisas inauguraram o campo da PL no país, com forte caráter interdisciplinar, que articula temas como políticas linguísticas, construção de identidades, materialidade discursiva e repertórios linguísticos, especialmente em contextos migratórios e de fronteira. Embora o número de investigações ainda fosse limitado até 2018, observa-se um crescimento mais expressivo a partir de 2019, acompanhado pela ampliação dos objetos de estudo e dos referenciais teóricos, indicando o amadurecimento gradual desse campo no país.

Dentre as pesquisas sobre espaços fronteiriços brasileiros, a autora destaca estudos relevantes. Silva et al. (2016) analisam a PL de Foz de Iguaçu, tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, evidenciando o inglês como língua translocal e a baixa visibilidade de guarani e espanhol. Berger e Lecheta (2019) investigam um campus universitário fronteiriço, mostrando os sinais linguísticos como expressão de resistência e visibilidade sociocultural. Rodrigues (2020) focaliza Brasil e Colômbia, destacando a invisibilidade das línguas indígenas. Gonçalves (2021) analisa dez cidades da fronteira Brasil-Uruguai, evidenciando o papel da paisagem na ocupação urbana e a hegemonia do espanhol junto ao português. Além desses, Day (2021) e Nascimento e Day (2022) conduzem estudos sobre Oiapoque e Saint-Georges, investigando a PL e as políticas linguísticas locais.

Day (2025) reforça que, no âmbito das pesquisas realizadas em ambientes fronteiriços, há apenas dez estudos identificados na literatura, sendo quatro internacionais e seis nacionais. Nenhum deles, no entanto, teve como foco a fronteira Brasil-Bolívia. Essa lacuna evidencia a necessidade e a relevância de investigações voltadas especificamente para essa região, marcada por intensas trocas culturais, tensões sociais e uma complexa interação entre línguas e identidades. A seguir, abordaremos como esses discursos se manifestam na região, reforçando estigmas e promovendo preconceitos que impactam diretamente a vida das populações fronteiriças.

2.2 Nacionalismo, racialização e preconceito

No texto *O muro invisível: a nacionalização como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia*, Costa (2013) cita Hardt e Negri (2000), que abordam de forma crítica o papel do Estado-nação na construção de identidades e, simultaneamente, na promoção de exclusão. Internamente, fabrica a ideia de um “povo” que compartilha cultura, língua, tradições e valores – ou seja, uma identidade homogênea. Externamente, cria a diferença, o estrangeiro, o “outro”,

definindo quem pertence. Essa produção do “outro” frequentemente ocorre por meio de categorias raciais e étnicas, marcando uma distinção entre “nós” e “eles”.

Essa visão corresponde ao que Nogueira (2007) chama de fronteira controlada, caracterizada pela gestão estatal e pela fiscalização da circulação de pessoas e objetos. Costa (2013), no entanto, destaca que a vida nas regiões fronteiriças possui uma dinâmica própria, que desafia essa ordem nacional e seus mecanismos de controle, frequentemente transcendendo o dogma da soberania.

Paradoxalmente, é justamente no contato com o “outro” que os moradores das regiões de fronteira reafirmam, de forma particular, o sentimento de pertencimento à nação. A nacionalidade, nesse contexto, organiza o espaço local, regula o acesso a direitos e define quem é considerado estrangeiro, e influencia a forma como essas pessoas se veem e vivem em seu território.

Costa (2013) argumenta que a nacionalidade atua como um discurso que pode ser ativado por diferentes grupos sociais, dependendo da situação. Esse discurso produz efeitos reais de poder, impondo-se aos grupos sociais que vivem nas regiões fronteiriças e se materializam na construção de fronteiras sociais que excluem, selecionam e hierarquizam com base na nacionalidade.

Complementando essa discussão, é fundamental considerar a fronteira percebida, conceito proposto por Nogueira (2007), que se refere à visão construída pelo restante do país sobre a fronteira. Essa percepção, fortemente influenciada pelos discursos ideológicos do Estado-Nação, contribui para reforçar a separação simbólica entre “nós” e “eles” – no caso da fronteira Brasil-Bolívia, entre “brasileiros” e “bolivianos”.

Segundo Costa (2013), esses discursos se sustentam em processos históricos de construção simbólica e de imposição de uma identidade nacional homogênea. Para Nogueira (2007, p. 31-32), essa visão externa é “carregada de imagens depreciativas, pois é pela fronteira que ingressam no país as diversas mazelas, mercadorias ilegais, mão-de-obra ilegal e toda sorte de contravenção”. Estigmas como esses são frequentemente reproduzidos por veículos midiáticos, como o portal G1³¹, que costuma repercutir casos envolvendo bolivianos relacionados ao tráfico de drogas na fronteira de Corumbá, reforçando uma imagem negativa do espaço fronteiriço.

³¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2025/06/04/droga-no-estomago-tres-bolivianos-sao-presos-apos-engolirem-100-capsulas-de-cocaina-em-ms.ghtml>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Contudo, essas tentativas não impedem que as populações fronteiriças desenvolvam práticas e relações sociais que escapam a esse controle, o que nos leva à noção de fronteira vivida, marcada pela experiência cotidiana dos sujeitos no espaço fronteiriço, “capaz de refletir o grau de interação ou ruptura entre sociedades fronteiriças” (Nogueira, 2007, p. 33).

Nesse sentido, a população que vive na fronteira Brasil-Bolívia em foco frequentemente ignora na prática os limites políticos e territoriais definidos pelo Estado. Ao fazer isso, desafiam a ideia de soberania estatal como um poder absoluto e inquestionável. Essa vivência abre espaço para as relações sociais que vão além da separação nacional imposta, como trocas comerciais, vínculos familiares, casamentos entre brasileiros e bolivianos, que revelam formas de convivência compartilhadas entre esses grupos. Segundo Costa (2013), essas práticas atribuem “cor” e complexidade à realidade da fronteira, que é geralmente vista de forma simplificada pelo senso comum, como uma linha divisória entre “nós” e “eles”, nesse caso, entre “brasileiros” e “bolivianos”.

Embora reconheça a existência de interações baseadas em reciprocidade e trocas culturais entre brasileiros e bolivianos, Costa (2015) argumenta que os conflitos sociais são particularmente reveladores, pois tornam visíveis e observáveis as relações de poder. Para o autor, as diferenças entre os grupos não apenas funcionam como uma forma de classificação, mas também objetificam essas relações de poder, de dominação e de hierarquia.

Além disso, o autor observa que, na medida em que alguns bolivianos se tornam empreendedores, patrões de si mesmos e começam a lucrar e a ascender socialmente, cresce também o sentimento de rivalidade com setores comerciais estabelecidos em Corumbá, sobretudo no comércio formal. Esse movimento econômico, por sua vez, intensifica o incomodo tanto de empresários locais quanto do próprio Estado, que passam a explicitar o conflito e reforçar os controles, exigindo a tributação devida sob a hegemonia dos discursos da legalidade e da condição de “estrangeiro”.

Segundo Costa (2013), determinados grupos sociais, como setores empresariais locais ou representantes do poder público, utilizam a ideia de nacionalidade como um recurso para preservar seu capital simbólico e econômico. Mesmo que não existam impedimentos legais diretos, os bolivianos em Corumbá enfrentam obstáculos práticos e simbólicos para acessar plenamente o mercado formal, a representação política e serviços públicos. Esse processo não se dá pela via da proibição explícita, mas por mecanismos de exclusão que operam por meio da estigmatização e da hierarquização social baseada na origem nacional e étnica.

Como exemplo dessa prática de controle, Costa (2015) cita o fechamento da Feira Brasbol³² em 2013, medida tomada pela Prefeitura de Corumbá. Essas ações, realizadas por órgãos como a Polícia Federal, a Receita Federal e a administração municipal, tornam explícitas as divisões nacionais e étnicas na fronteira, refletindo estratégias que estruturam critérios de inclusão e exclusão de grupos sociais na região.

No entanto, o autor também destaca que essa relação marcada por preconceito e rivalidades econômicas apresenta uma contradição importante: a própria cidade de Corumbá depende significativamente do abastecimento de produtos vindos do lado boliviano da fronteira. Hortifrutis, roupas, eletrodomésticos e outros produtos comercializados nas feiras locais vem da Bolívia, demonstrando uma interdependência que contradiz os discursos de exclusão e estigmatização. Isso evidencia a complexidade das relações fronteiriças, nos quais o “outro” é ao mesmo tempo rejeitado e necessário para a economia local.

Na fronteira Brasil-Bolívia, segundo Costa (2013), há uma relação assimétrica: o Brasil se posiciona como um país com maior poder econômico e influência na região, enquanto que a Bolívia se configura como o país mais pobre do continente. O município de Corumbá se caracteriza como um polo de atração para os moradores dos municípios bolivianos vizinhos, por oferecer serviços públicos e condições de trabalho. Essa desigualdade material também se expressa em uma assimetria simbólica, por meio da construção de uma ideia de superioridade-inferioridade manifestada tanto nos discursos quanto nas práticas do lado brasileiro (Costa, 2015).

A presença dos bolivianos na cidade é frequentemente percebida como um “problema social” e há, tanto no discurso quanto na prática, a reprodução de preconceitos e estigmas relacionados ao tráfico de drogas e de armas, contrabando e falsificação de produtos. Muitos brasileiros costumam caracterizar os bolivianos com termos pejorativos, como “sujo” e “índio”. O preconceito se torna ainda mais intenso quando os bolivianos são classificados como “índios”, posicionando-os como um “outro” que estaria fora dos valores considerados civilizados pela população local. Nesse contexto, o autor observa que

(...) a identidade na fronteira Brasil- -Bolívia pode ser problematizada não apenas por critérios de nacionalidade (brasileiros/ bolivianos), mas também por critérios étnicos (índios/ não índios). Há uma dupla alteridade do boliviano em solo brasileiro: ao mesmo tempo em que é visto como um “outro” nacional (estrangeiro), é representado

³² Feira comercial localizada na Rua Edu Rocha, interditado em 2013 e desde então fechado, conforme noticiado pelo Correio do Estado. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/cidades/juiz-nega-pedido-e-feirinha-ficara-fechada/183436/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

como um “outro” indígena, duplicando, em grande medida, o estigma social que recai sobre o grupo. (COSTA, 2015, p. 38)

Essa estigmatização ultrapassa o discurso e se manifesta também nas práticas concretas. Um exemplo correu em julho de 2025, publicado pelo portal de notícias Correio de Corumbá (Figura 5). Uma mulher foi presa em flagrante após proferir ofensas racistas e ameaçar uma auxiliar de limpeza em uma agência bancária em Corumbá. Testemunhas relataram que ela gritou frases como “bugra, índia, boliviana” e ameaças como “vou chamar um primo meu pra dar um tiro na sua cara”, expressando um discurso carregado de preconceito contra bolivianos e indígenas. Casos como esse ilustram como os estigmas construídos historicamente se perpetuam e se materializam em atos de discriminação e violência na fronteira.

Figura 5 – Registro de Injúria Racial em mídia de Corumbá-MS.

Mulher é presa em flagrante por injúria racial e ameaça em agência bancária em Corumbá - Polícia - Correio de Corumbá



Polícia

Mulher é presa em flagrante por injúria racial e ameaça em agência bancária em Corumbá

A prisão foi efetuada pela 1ª Delegacia do município, logo após a autora proferir ofensas de cunho racista e ameaçar uma auxiliar de limpeza do local.

Ter, 29 Julho de 2025 | Fonte: Assessoria de Imprensa

Fonte: Correio de Corumbá³³. (2025)

Uma importante contribuição para a discussão sobre o preconceito na região é apresentada na dissertação *Xenofobia em ambiente escolar fronteiriço: uma análise de estudo de caso em Corumbá-MS*, de Alcino Gabriel da Silva Vernochi (2022)³⁴. O autor investigou práticas xenofóbicas em escolas corumbaenses que concentram um número expressivo de alunos bolivianos e brasileiros com ascendência boliviana.

Em uma das etapas da pesquisa, Vernochi questionou estudantes sobre episódios de preconceito no ambiente escolar. Os relatos revelaram diferentes formas de agressão verbal e uso de termos pejorativos, como o autor descreve:

³³ Disponível em: https://www.correiodecorumbapantanal.com.br/policia/mulher-e-presa-em-flagrante-por-injuria-racial-e-ameaca-em-agencia-bancaria-em-corumba#google_vignette. Acesso em: 30 jul. 2025.

³⁴ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus do Pantanal.

Para os que disseram que já haviam presenciado, pedi para que descrevessem como ocorreu esse ato discriminatório. Todos relatam terem sido através de agressões verbais, nos quais os agressores utilizaram palavras como “bugre” e “choco” para se referirem ao colega de forma pejorativa. Além disso, é comum se referirem a pessoas nascidas na Bolívia ou que possuem ascendência, com a sua nacionalidade, num tom de superioridade, como se fosse ruim ser boliviano. Outra questão é a relação que as pessoas fazem do boliviano com a falta de higiene. Muitos se referem a eles como porcos, que não tomam banho, todavia esse discurso é direcionado para com os que apresentam fenótipos indígenas, geralmente os collas, muito presentes nos comércios e feiras ao longo da cidade. (Vernochi, 2022, p. 68)

Esses relatos demonstram como a estigmatização e a xenofobia escolar se articulam com elementos raciais e culturais, reafirmando a construção do “outro” como inferior. O nacionalismo na fronteira Brasil-Bolívia em estudo opera como um discurso que não só constrói identidades de pertencimento, mas também reforça assimetrias sociais e raciais profundas. Essa racialização do “outro”, especialmente dos bolivianos com traços indígenas, alimenta preconceitos e estigmas que se refletem tanto nos discursos públicos quanto nas práticas cotidianas, como evidenciado na dissertação de Vernochi (2022) e nos episódios de discriminação veiculados pelas mídias em Corumbá.

Além dos fatores já discutidos, a linguagem também funciona como instrumento de poder e exclusão social. A perspectiva da glotopolítica, segundo Lagares e Galli (2024) e baseada nos estudos de Guespin e Marcellesi (1986), mostra que o uso social da língua não é neutra, mas atravessada de tensões e conflitos, refletindo relações de poder e hierarquias históricas. As práticas de linguagem são socialmente situadas, carregando implicações identitárias, históricas e políticas, e a língua se reinventa e se entrelaça à realidade social concreta.

Nesse sentido, tanto o planejamento formal, relacionado ao status das línguas e à função oficial de cada idioma pela administração do Estado; quanto à dimensão micropolítica, presente na repressão ou estigmatização de usos linguísticos considerados incorretos ou inadequados em determinadas situações concretas, operam como um mecanismo simbólico de inclusão e exclusão. Nesta fronteira em questão, esses processos se entrelaçam com a nacionalização, a racialização e os preconceitos observados cotidianamente, reforçando desigualdades sociais, econômicas e culturais, e moldando as identidades de quem habita nesse espaço fronteiriço.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento

O estudo foi realizado nas áreas comerciais das cidades de Corumbá, Puerto Quijarro e seu distrito Arroyo Concepción. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e interpretativa, pois, segundo os pesquisadores qualitativos, os fenômenos são estudados tanto em laboratório quanto no campo, buscando detalhar como ocorrem as atividades cotidianas dos atores e como eles desenvolvem suas práticas (Latour, 2012, apud Espírito Santo, 2018). Além disso, Stake (2011) destaca que a pesquisa qualitativa é interpretativa, pois exige que os pesquisadores façam interpretações da realidade. O sucesso desse tipo de pesquisa depende, portanto, da sensibilidade dos observadores em compreender e atribuir significados o que vê e ouve.

Essa perspectiva qualitativa orientou diretamente a definição dos locais de pesquisa. Em Corumbá, as áreas selecionadas estão indicadas no Mapa 2. A cidade foi dividida em três zonas numeradas, sem critérios específicos sobre a presença de PL em cada uma, mas com base na lógica de fluxo urbano. A primeira corresponde à parte alta da cidade, a segunda à região central e a terceira à área próxima ao lado boliviano da fronteira. Embora existam outros pontos de comércio espalhados por Corumbá, essas três zonas representam a maior concentração comercial e, por isso, foram selecionadas para o desenvolvimento deste estudo.

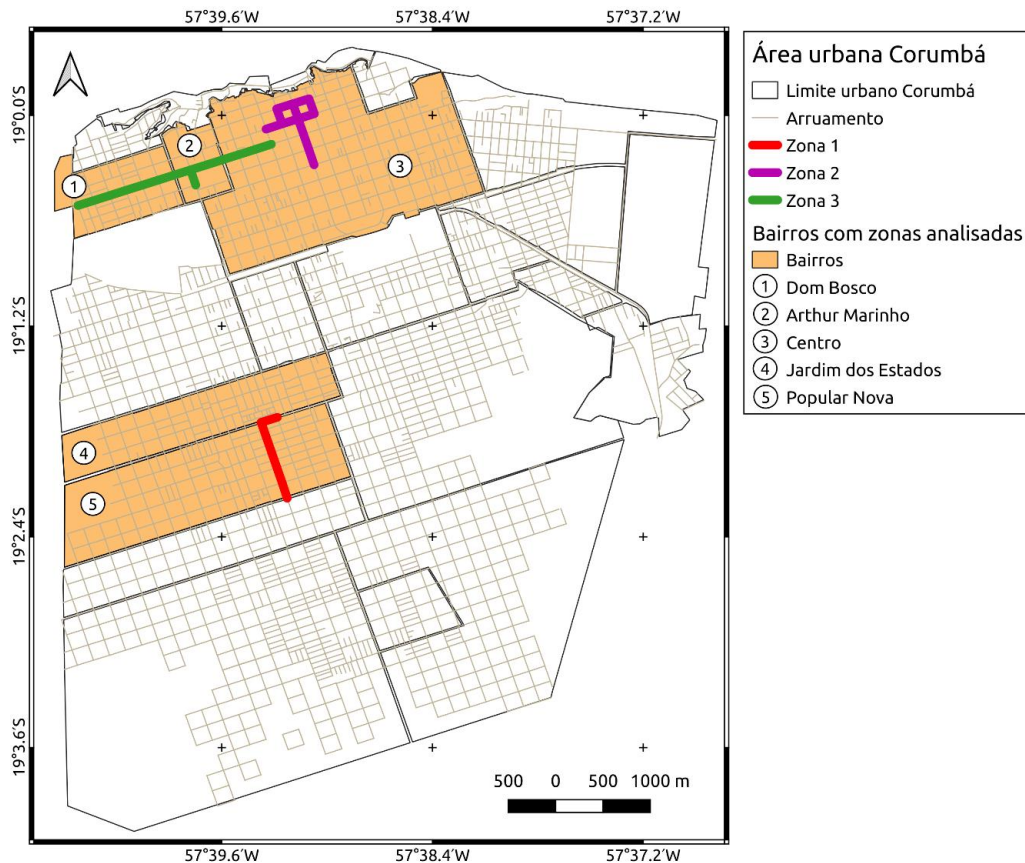
A Zona 1, destacada em vermelho, abrange os bairros Nova Corumbá e Jardim dos Estados, especialmente nas ruas Paraná e Ciriaco de Toledo. A delimitação da área de pesquisa considerou, durante a visita de campo, a presença significativa de pequenos comerciantes varejistas e microempresários de origem boliviana, muitos dos quais atuam em garagens ou estabelecimentos alugados, conforme observado por Oliveira, Correia e Oliveira (2017). O critério de escolha baseou-se na relevância sociocultural e na representatividade desses grupos na dinâmica local, configurando-se como um espaço privilegiado para a observação e registro da movimentação social e comercial.

A Zona 2, destacada em roxo, está localizada na área central da cidade, especificamente no quarteirão comercial formado pelas ruas Frei Mariano, Delamare, Quinze de Novembro, Treze de Junho e Antônio Maria Coelho. A escolha desse trecho não se fundamenta na predominância de comércios de origem boliviana, como na Zona 1, mas no

intenso fluxo diário de pessoas de diversas nacionalidades que circulam na região, evidenciado pela circulação de moedas estrangeiras e pela presença de PL em outros idiomas.

O último ponto é a Zona 3, destacada em verde, localizada nas ruas Dom Aquino Correa e Edu Rocha. A escolha dessa área se justifica pela presença de diversos estabelecimentos comerciais e por ser um eixo de ligação entre o centro urbano de Corumbá e Arroyo Concepción, Puerto Quijarro. A distância entre o centro da cidade e a linha de fronteira é de aproximadamente 5 km, percorridos pela rodovia Ramon Gomez (Costa, 2015). Durante a visita de campo, observou-se que se trata de um local marcado pelo intenso trânsito de pessoas, línguas e paisagens linguísticas, materializadas ao longo do trajeto de entrada no Brasil a partir da Bolívia.

Mapa 2 – Localização dos pontos de coleta de dados em Corumbá (Brasil).

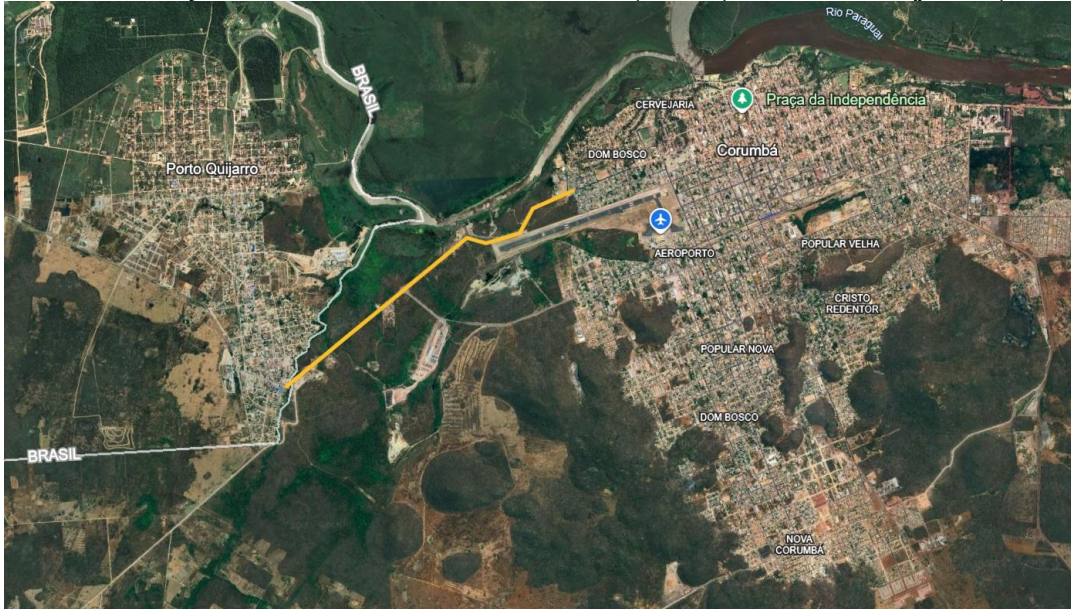


Fonte: Elaboração própria (2025).

A zona urbana de Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, inicia-se imediatamente após a linha de fronteira, diferentemente do lado brasileiro, no qual há uma faixa sem ocupação urbana. Esse distanciamento é evidente no Mapa 3, destacado em amarelo. Para o lado boliviano, também foram selecionadas três zonas de observação e

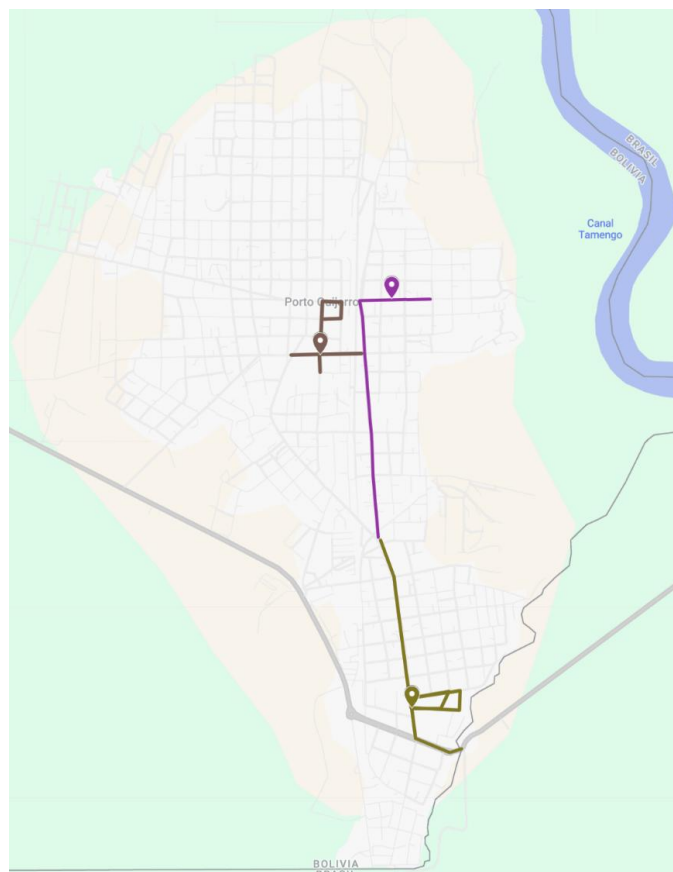
coleta, seguindo a mesma lógica aplicada ao lado brasileiro: sem critérios específicos, mas que contempla áreas de concentração comercial e circulação de pessoas.

Mapa 3 – Localização da fronteira entre Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia).



Fonte: Elaboração própria (2025).

Mapa 4 – Localização dos pontos de coleta de dados em Puerto Quijarro e Arroyo Concepción.



Fonte: Elaboração própria (2025).

A Zona 4, destacada em azul, corresponde ao primeiro ponto: o distrito de Arroyo Concepción. Trata-se de uma área com intensa atividade comercial, conforme analisado por Brandão (2019), marcada pela presença de restaurantes, casa de câmbios de moedas, guichês de empresas brasileiras, agência bancária e pela Avenida Luís Salazar de la Vega – uma via principal e extensa, repleta de comércios formais e informais. Nas ruas paralelas, localizam-se diversos estabelecimentos ao redor do Centro Comercial 12 de Octubre, popularmente conhecido como “feirinha”. Esta zona é muito frequentada por habitantes locais, por estrangeiros em trânsito e por brasileiros que ainda frequentam o comércio local.

A Zona 5 está situada em Puerto Quijarro, ao longo da Avenida Luís Salazar de La Vega, via que conecta a cidade ao distrito de Arroyo Concepción (Zona D). Durante a pesquisa de campo para a delimitação da área, constatou-se a presença de diversos registros escritos ao longo dessa avenida principal, bem como nas proximidades da antiga rodoviária, atualmente desativada devido à mudança de localização, e da ferrovia, também fora de operação. Observou-se também que o comércio local tem se expandido, abrigando uma segunda “feirinha” bastante conhecida, embora menor e menos conhecida do que a de Arroyo, mencionada anteriormente. Os frequentadores desta zona são em sua maioria habitantes locais.

O terceiro e último ponto corresponde à Zona 6, localizada após as linhas da ferroviária desativada, no trecho que sobe pela Avenida Naval, via de acesso à Rodoviária de Puerto Quijarro. No processo de delimitação em campo, constatou-se a presença de paisagem linguística ao longo da Avenida Sucre, especialmente nos comércios situados nas proximidades da *Plaza Principal*, da *Honorable Alcaldía de Puerto Quijarro* e da *Cancha Pública*. Região muito frequentada pelos habitantes locais.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

Os dados analisados foram obtidos mediante registros fotográficos coletados na área comercial dos municípios citados entre abril de 2024 até outubro de 2025. Segundo Espírito Santo (2018), a análise de fotografias permite ao pesquisador compreender aspectos únicos de determinados fenômenos, sendo a subjetividade, relacionada a significados, emoções e à cultura de cada indivíduo, um elemento essencial para investigações que buscam explorar a essência da experiência humana.

Antes mesmo da necessidade de definição dos locais da pesquisa, Berger (2022) destaca o papel essencial da observação nas pesquisas sociais, reconhecendo-a como importante procedimento metodológico. Percorrer as ruas da cidade torna-se, portanto, uma etapa fundamental para contemplar o que há na paisagem e compreender os espaços públicos como lugares demonstrativos, onde se afirmam valores, comportamentos, direitos e conformam atitudes (Gomes, 2013, apud Berger, 2022). Tanto a observação, o detalhamento dos registros e a análise dos dados fornecerão subsídios para uma leitura interpretativa do contexto estudado.

A autora também discute o termo *sinais* em PL, que é fundamental para os procedimentos metodológicos deste estudo. De maneira geral, é a partir dos registros desses sinais que se desenvolvem as pesquisas na área. Consideram-se sinais todos os elementos escritos que contêm a presença de línguas em superfícies como placas, letreiros, anúncios, muros, entre outros. Esses sinais podem ter funções comunicativas (informar, instruir, persuadir), de declarar pertencimento ou de demarcar domínio linguístico, conforme estudos de Spolsky (2009, apud Berger, 2022), sendo entendidos como unidades de significado inseridas no espaço visual público.

Ao analisar a metodologia aplicada nas pesquisas sobre PL, percebe-se que não existe um único caminho a ser seguido. Berger (2022), fundamentando-se em Gorter (2006), adota a distinção dos sinais em duas classes: **sinais oficiais** (*top-down*), emitidos pelo governo ou por órgãos da administração pública, e **sinais não oficiais** (*bottom-up*), produzidos por atores sociais autônomos ou indivíduos, abrangendo diversos contextos, como nomes de lojas, anúncios, negócios, entre outros. Essa distinção é relevante, pois levanta questões fundamentais:

Em que línguas (e variedades) os governos e autoridades locais emitem os sinais públicos? A escolha das línguas, pelas autoridades, deriva de políticas linguísticas homogeneizadoras ou visando ao multilinguismo? As línguas dispostas no espaço público, pelas autoridades locais, representam as comunidades de fala e os grupos minoritários de dada localidade? As línguas que os estabelecimentos privados expõem em seus sinais demarcam território linguísticos? A exposição de línguas minoritárias em sinais privados pode ser tomada como manifestação de identidades etnolinguísticas? (Berger, 2022, p. 135-136)

Essas perguntas contribuem para a análise dos registros coletados nesta pesquisa. Os registros fotográficos têm como objetivo capturar as diversidades linguísticas e culturais presentes no espaço de pesquisa multilíngue, localizado na fronteira Brasil-Bolívia. Nesse

contexto, transcrever e analisar imagens implica transformar o que é observado em texto escrito. A análise desses dados será apresentada no próximo tópico.

3.3 Análise dos dados

A Análise dos Dados foi conduzida de forma qualitativa e interpretativa, conforme orientam Stake (2011) e Espírito Santo (2018), com foco na compreensão dos sentidos e significados expressos nas PL observadas. Mais do que descrever os elementos presentes nas imagens, buscou-se interpretar de que modo os usos das línguas se materializam nos espaços públicos, especialmente no comércio fronteiro, evidenciando as dinâmicas socioculturais, identitárias e políticas.

Os registros fotográficos obtidos foram inicialmente organizados conforme os locais de observação (Zonas 1 a 6), o que permitiu identificar padrões e especificidades nos usos das línguas em diferentes áreas. Na sequência, realizou-se a classificação dos sinais linguísticos segundo a categorização proposta por Gorter (2006) e retomada por Lecheta e Berger (2022), distinguindo-se entre sinais oficiais e sinais não oficiais. Essa distinção possibilitou compreender as relações de poder, pertencimento e representação linguística e cultural que se manifestam visualmente no espaço público.

De modo complementar, a análise interpretativa foi orientada pelas contribuições de Loizos (2002, p. 144), que destaca a importância de considerar tanto os elementos presentes quanto os ausentes nas imagens. O autor evidencia que o processo de produção de imagens envolve escolhas, enquadramentos e intenções (conscientes ou não) de quem as realiza, demonstrando que a fotografia não é um registro neutro, mas uma leitura cultural e simbólica da realidade.

Dewey (2010), em *Arte como experiência*, compreende a arte não como algo isolado, mas uma experiência vivida e enraizada no cotidiano. Nesse sentido, a alternância entre os dados empíricos (imagens e registros fotográficos) e a perspectiva do pesquisador, entendida como experiência fronteira, evidenciou que a experiência não separa o sujeito e o objeto, configurando-se como um fluxo contínuo entre percepção e interação com o ambiente.

O conceito de experiência, conforme proposto por Dewey, possibilitou articular a descrição dos dados (como placas, letreiros, fachadas e outros registros escritos) à vivência contextual do espaço fronteiro. Tal perspectiva não representou uma contradição metodológica, mas revela coerência com a noção de que a paisagem linguística adquire

sentido apenas quando analisada a partir da experiência vivida pelos sujeitos e pela comunidade que a constitui.

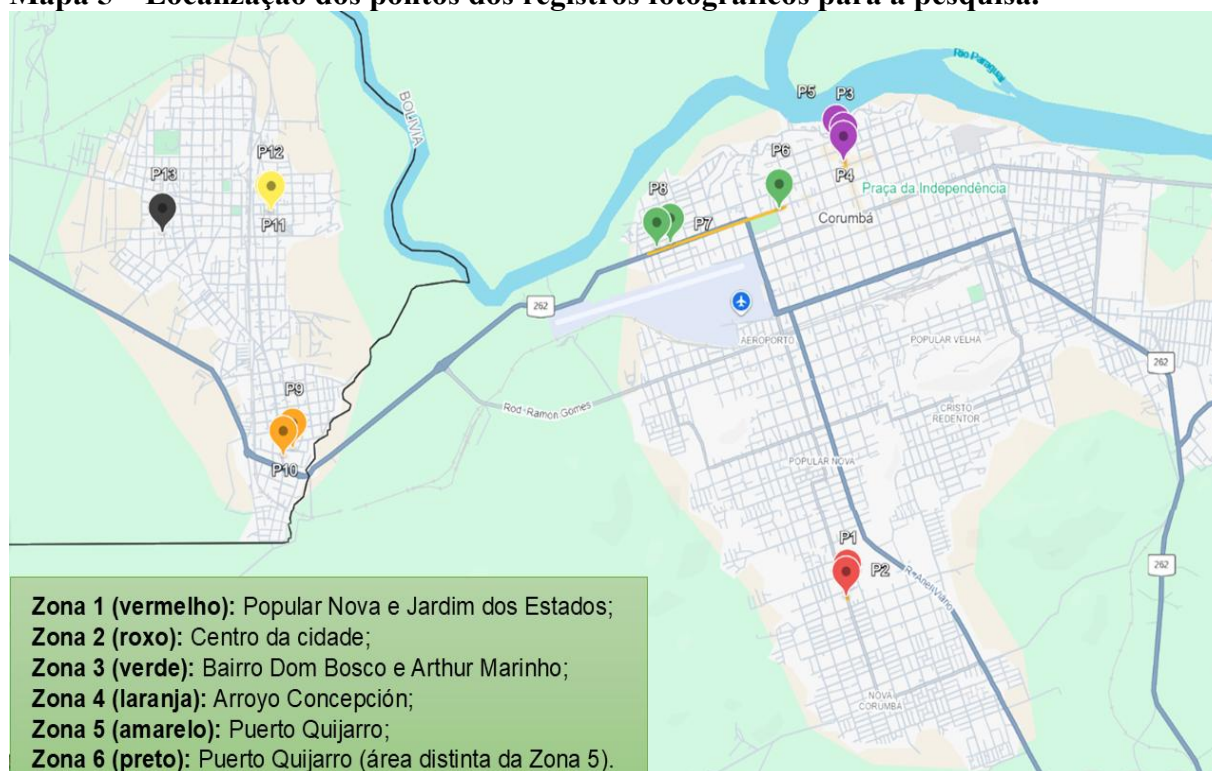
Essa perspectiva permite reconhecer que cada fotografia é resultado de um contexto social específico, marcado por valores, práticas e relações de poder. Dessa forma, a leitura das imagens registradas na fronteira Brasil-Bolívia levou em conta os sujeitos que produzem os sinais, o que é mostrado, o que é omitido e os sentidos dessas escolhas, interpretando os sinais como práticas sociais que expressam valores, identidades e modos de interação.

Dessa forma foi possível discutir como a gestão das línguas se manifesta visualmente na fronteira Brasil–Bolívia em foco, reconhecendo os sinais como práticas sociais que expressam valores, identidades e modos de interação. Dessa organização, a apresentação dos resultados foi realizada inicialmente a partir dos sinais oficiais e não oficiais. Em seguida, dentro da categoria dos sinais não oficiais, analisaram-se temas recorrentes identificados nos registros fotográficos, como o uso do inglês, das línguas bolivianas e a coexistência de português e castelhano boliviano. Essa abordagem permitiu interpretar padrões socioculturais que atravessam diferentes zonas, oferecendo uma compreensão mais integrada das práticas linguísticas.

4 REGISTROS FOTOGRÁFICOS, ANÁLISE E DISCUSSÕES

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa sobre as PL observadas no ambiente comercial da fronteira Brasil-Bolívia. A análise baseia-se nos registros fotográficos obtidos nas seis zonas delimitadas durante o trabalho de campo (Mapa 5), conforme descrito na metodologia. Esses registros compõem um conjunto que evidencia a diversidade linguística que se materializa nos espaços públicos e comerciais de Corumbá, Puerto Quijarro e Arroyo Concepción.

Mapa 5 – Localização dos pontos dos registros fotográficos para a pesquisa.



Fonte: Elaboração do próprio autor (2025).

A partir da perspectiva qualitativa e interpretativa adotada neste estudo, as imagens foram analisadas como representações visuais, linguísticas, culturais, identitárias e políticas. Essa abordagem dialoga com Landry e Bourhis (1997), que ressaltam que a PL possui funções simbólicas e informativas. Dessa forma, busca-se compreender como as diferentes línguas se manifestam, convivem e interagem no espaço fronteiriço.

A coleta dos registros foi realizada de forma ampla, percorrendo diferentes áreas e reunindo diversos tipos de sinais linguísticos, como placas informativas personalizadas, impressas ou manuais, fachadas comerciais, outdoors, anúncios publicitários e outras inscrições encontradas. Os dados foram inicialmente organizados conforme as zonas geográficas, mas

também agrupados por temas recorrentes, o que permitiu identificar padrões de uso linguístico dialogam entre si.

Esse agrupamento possibilita identificar práticas linguísticas semelhantes que atravessam diferentes zonas, evidenciando padrões socioculturais compartilhados que vão além da localização física. A abordagem permite observar processos de visibilidade, apagamento ou hierarquização linguística, possibilitando uma leitura mais aprofundada das dinâmicas fronteiriças marcadas pela circulação constante de pessoas, mercadorias e línguas. Dessa maneira, a análise torna-se mais abrangente, coerente e sensível à complexidade sociolinguística do espaço estudado.

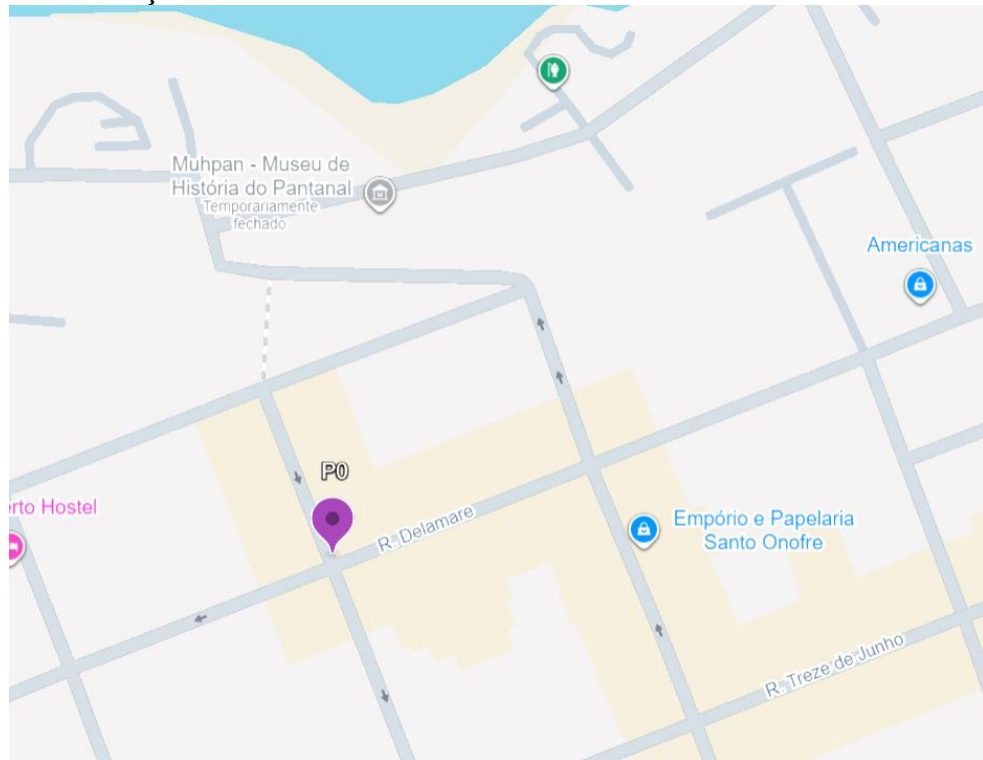
A seguir, os registros são apresentados e discutidos à luz dos referenciais teóricos da PL, com base nas categorias de análise definidas no capítulo anterior (sinais oficiais e não oficiais). As discussões buscam interpretar os significados atribuídos às línguas na área comercial e as implicações de sua visibilidade na fronteira Brasil-Bolívia.

4.1 SINAIS OFICIAIS

Nesta seção, são analisados os sinais oficiais registrados em Corumbá, ou seja, aqueles produzidos pelo poder público municipal. Segundo Berger (2022), esses sinais constituem práticas *top-down*, pois refletem decisões institucionais que revelam políticas linguísticas sobre quais línguas devem ser visíveis no espaço público.

A Figura 6, registrada na Zona 2 (Mapa 6), localizada no centro da cidade de Corumbá, apresenta um exemplo de sinal oficial instalado pela Prefeitura Municipal. A placa encontra-se na Rua Delamare, uma das vias de maior circulação do centro comercial, e contém informações toponímicas destacadas em português, acompanhadas de sua tradução literal para o inglês na linha inferior. Além dos elementos verbais, o sinal incorpora elementos não verbais, como símbolos que auxiliam na orientação espacial do ponto, reforçando a função informativa e turística dessa placa.

Mapa 6 – Localização do sinal oficial em Corumbá.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Figura 6 – Sinalização oficial bilíngue (português-inglês) em Corumbá.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A presença do inglês em um sinal oficial localizado no centro de Corumbá é particularmente significativa considerando que a cidade faz fronteira com a Bolívia, onde o castelhano boliviano é o idioma predominante nas interações cotidianas. A escolha do inglês sugere uma priorização de línguas de prestígio internacional voltada ao turismo, enquanto o castelhano boliviano permanece invisibilizado nos sinais oficiais. Como observa Shohamy (2006), “a presença (ou ausência) de itens linguísticos específicos, exibidos em línguas específicas e de maneira específica, envia mensagens diretas e indiretas com relação à centralidade versus marginalidade de certas línguas na sociedade”³⁵ (p. 110, tradução nossa). Assim, ao priorizar o inglês, a gestão municipal parece privilegiar o idioma global, ao mesmo tempo deixa de utilizar o castelhano nos sinais oficiais.

O sinal oficial analisado cumpre, portanto, sua função informativa, mas também atua como instrumento simbólico de poder, contribuindo para a legitimação de determinadas línguas. A partir da perspectiva da autora, percebe-se que o espaço público funciona como uma arena onde disputas linguísticas ocorrem: enquanto os sinais oficiais contribuem para a consolidação de hierarquias linguísticas, as outras línguas podem se manifestar por meio dos sinais não oficiais, presentes em placas comerciais, outdoors, cavaletes e anúncios. É justamente nessa dinâmica que se insere o conjunto de sinais não oficiais, analisados na próxima seção.

4.2 SINAIS NÃO OFICIAIS

Enquanto os sinais oficiais refletem escolhas institucionais e contribuem para a consolidação das hierarquias linguísticas, os sinais não oficiais (*bottom-up*) compreendem toda a sinalização produzida por indivíduos, empresas ou instituições privadas, que buscam visibilidade e reconhecimento por meio de suas próprias iniciativas. Segundo Shohamy (2006), a linguagem no espaço público funciona como mecanismo de política linguística de fato, transmitindo “uma mensagem, intencional ou não, consciente ou não, que afeta, manipula ou impõe, de fato, as políticas e práticas linguísticas”³⁶ (p. 110, tradução nossa). A partir dessas práticas, as línguas se mantêm vivas e visíveis de forma estratégica, refletindo interesses comerciais, comunicativos e identitários, mesmo sem reconhecimento oficial. A análise dos

³⁵ No original: “Thus, the presence (or absence) of specific language items, displayed in specific languages, in a specific manner, sends direct and indirect messages with regard to the centrality versus the marginality of certain languages in society.”

³⁶ No original: “a message, intentional or not, conscious or not, that affects, manipulates or imposes de facto language policy and practice.”

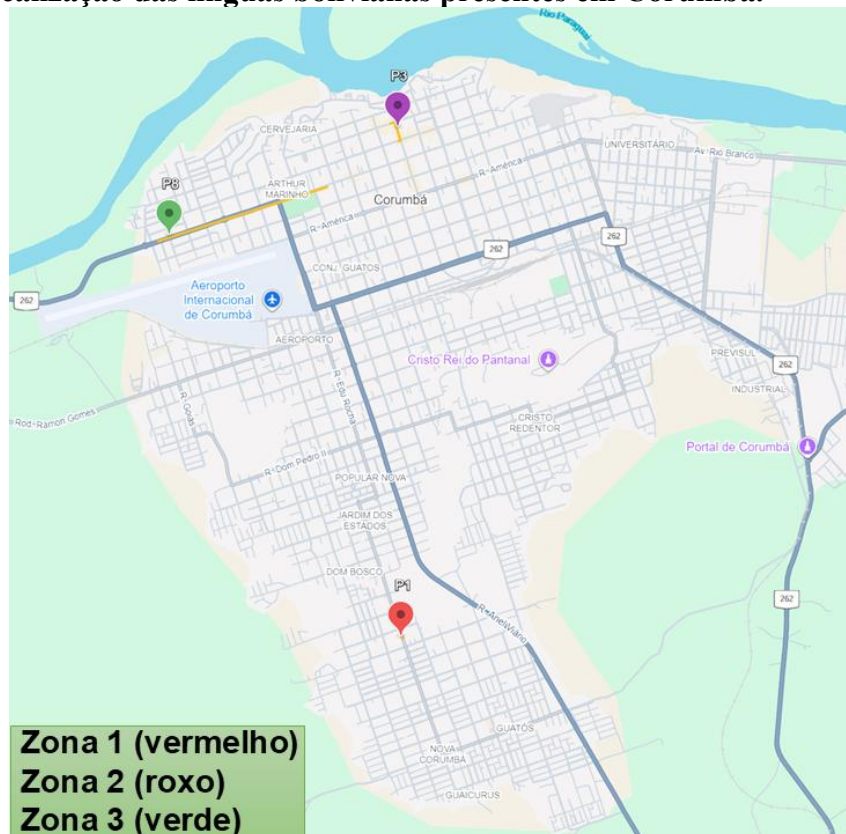
sinais não oficiais permite compreender as dinâmicas de multilinguismo, mostrando como diferentes línguas coexistem e disputam espaços na PL.

4.2.1 LÍNGUAS BOLIVIANAS EM CORUMBÁ

Após evidenciar a circulação do castelhano boliviano em Corumbá, especialmente em espaços como as feiras livres, onde muitos feirantes bolivianos se comunicam em castelhano e em suas línguas nativas, como o quéchua e o aimará (Mancilla Barreda, Brandão e Borges, 2022), surge a questão: será o castelhano boliviano a única língua boliviana representada nas PL na área comercial?

Este tópico investiga a presença das línguas bolivianas no território corumbaense, com destaque para três registros fotográficos feitos em diferentes pontos da cidade, cada um representando uma zona distinta da pesquisa no lado brasileiro. O Mapa 7 ilustra a localização desses registros, permitindo visualizar a distribuição geográfica das línguas bolivianas em Corumbá, que serão analisadas nos tópicos seguintes.

Mapa 7 – Localização das línguas bolivianas presentes em Corumbá.



Fonte: Elaboração própria (2025).

4.2.1.1 ALIMENTOS E BEBIDAS BOLIVIANAS: A PRESENÇA DO QUÉCHUA E DO CASTELHANO

Caminhar pelos bairros Popular Nova e Jardim dos Estados, correspondentes aqui como Zona 1, pode proporcionar uma experiência culturalmente rica, porque nos últimos anos, a presença de bolivianos residentes nessas regiões tornou-se mais evidente. Esse movimento migratório, impulsionado pela valorização do peso boliviano, não apenas aumentou a comunidade boliviana local, mas também transformou o panorama comercial e cultural desses bairros.

Originalmente concentrado na antiga Feira Brasbol e, posteriormente, nas feiras livres de Corumbá, o comércio boliviano passou a ocupar também os bairros da parte alta da cidade, tornando-se mais visível e acessível. Essa expansão reflete um processo de intercâmbio cultural, em que produtos típicos da Bolívia se incorporam ao cotidiano da população.

Além dos alimentos sólidos, algumas bebidas típicas conquistaram um espaço na cidade. Anteriormente, os corumbaenses apreciadores de refrescos – especialmente em razão das elevadas temperaturas que caracterizam a cidade – costumavam atravessar a fronteira até Arroyo Concepción para saborear o *Mocochinchi*, conforme matéria publicada em maio de 2023 pelo Jornal Diário Corumbaense³⁷. O destaque dado por um jornal local à bebida demonstra sua circulação como um produto cultural transfronteiriço, já incorporado ao cotidiano corumbaense. O mesmo ocorre, por exemplo, com a *saltenha*³⁸, cuja presença em versões bolivianas e corumbaenses reforça esse processo de apropriação de elementos culturais na região.

O termo “Mocochinchi” tem origem na língua quéchua e, segundo o *Diccionario de la Nación Quéchua*³⁹, deriva de *muqunchinchi*, que significa “bebida feita de passa de pêssego e água”. Com significado semelhante, o termo consta no *Diccionario de Americanismos da Asociación de Academias de la Lengua Española*⁴⁰.

De acordo com o *Plan Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI, 2016) o quéchua ocupa um papel de destaque nas interações familiares, entre amigos e conhecidos, além de estar presente na nomenclatura de Mocochinchi. Esse vínculo entre a língua e a bebida reforça sua

³⁷ Disponível em: <https://www.diarionline.com.br/?s=noticia&id=138289>. Acesso em: 13 jul. 2025.

³⁸ A *saltenha* é um salgado típico da Bolívia, semelhante à empanada, geralmente recheado com frango, batatas, azeitonas e temperos variados.

³⁹ Disponível em: <https://www.proeibandes.org/wp-content/uploads/2019/04/4Diccionario.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

⁴⁰ Disponível em: <https://www.asale.org/damer/mocochinchi>. Acesso em: 24 jul. 2025.

importância cultural, que vai além de um simples nome, refletindo as tradições, o saber popular e a comunicação cotidiana da comunidade boliviana.

A bebida é preparada a partir da calda resultante da reidratação e do cozimento de pêssegos secos em água com canela e cravo. Atualmente pode ser encontrado nas feiras livres de Corumbá, onde vendedores bolivianos o oferecem tanto aos feirantes quanto aos frequentadores que apreciam esse refresco típico.

Na Figura 7, registrada na Zona 1, observa-se um pequeno comércio de garagem com duas placas manuais⁴¹. Na primeira, estão as informações “Sucos de Coco e Linhaça”, que se referem a dois sucos típicos da Bolívia, escritos manualmente em português, com o termo “linhaça” em vez do original em espanhol “*linaza*”. Na segunda placa, estão as palavras “*Mocochichi*” (quéchua) e “*Chicha*”, sendo esta última também uma bebida tradicional boliviana. Esse detalhe evidencia não apenas a presença, mas também a adaptação dos elementos da culinária boliviana, mostrando como esses produtos estão cada vez mais presentes ao cotidiano em Corumbá, o que significa que já não é mais necessário atravessar para o lado boliviano da fronteira para consumi-los.

Figura 7 – Registros de castelhano, quéchua e português em comércio de alimentos.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

⁴¹ As "placas manuais" referem-se àquelas escritas à mão, sem o uso de impressora ou recursos gráficos sofisticados. Além disso, muitas vezes não apresentam a personalização comum com a logo do estabelecimento, comum em comércios informais, refletindo a espontaneidade e simplicidade do comércio.

Além das placas manuais, há um *banner* bilíngue em português e castelhano boliviano. A palavra “*especiales*” aparece em castelhano, mas o restante das informações está em português, como “queijo”, “frango” e a presença do DDD 17 (São Paulo) para maiores informações. Também são anunciadas as “empadas fritas”. Curiosamente, o termo “empada”, no Brasil, costuma designar um salgado assado, feito com massa de trigo e recheio, geralmente em formato redondo. No entanto, como se observa na fotografia, trata-se, na verdade, de uma *empanada* em formato de meia-lua, que pode ser assada ou frita – como é o caso nesse comércio.

A presença desses nominativos inscritos em português, castelhano boliviano e quéchuá também contribui para o caráter identitário da fronteira. Sturza e Tatsch (2016) a definem como um espaço social em que línguas diferentes se relacionam, se misturam e se ressignificam. Segundo as autoras, trata-se de uma zona marcada por uma “rica e completa soma dos mais diversos fatores”, configurada pelo “contato, permeabilidade, troca, mistura, hibridismo, mestiçagem cultural e étnica” (p. 88), onde a vida cotidiana se constrói na circulação entre culturas.

Nesse contexto, produtos como *mocochinchi*, *chicha*, *linaza/linhaça* e *saltenha*, ainda que originários da cultura boliviana, passam a ser consumidos e vendidos também no lado brasileiro da fronteira. Mais que produtos alimentícios, eles representam práticas identitárias dos moradores fronteiriços, isto é, práticas que expressam a incorporação de elementos culturais bolivianos ao cotidiano em Corumbá, especialmente em áreas com forte presença de migrantes, como a Zona 1.

Assim, a cultura boliviana circula no território corumbaense, evidenciando o que Sturza e Tatsch (2016) denominam “entre línguas”: um trânsito contínuo no qual as pessoas vivem o contato linguístico, fazendo com que a “linha imaginária” da fronteira se mova conforme as dinâmicas produzidas no próprio espaço fronteiriço. Esse processo, conforme as autoras, está diretamente ligado à construção identitária de quem habita na fronteira e envolve, simultaneamente, um movimento “entre culturas”, incluindo práticas relacionadas a culinária, que atravessam e se incorporam no cotidiano.

Essa prática vai além da simples troca de produtos, representa um processo dinâmico de convivência entre bolivianos e brasileiros. A oferta crescente de produtos tradicionais cria espaços de convivência e troca, reforça a identidade fronteiriça e contribui para o enriquecimento da diversidade cultural, fortalecendo os laços entre os dois países na fronteira Brasil-Bolívia.

4.2.1.2 REGISTRO DO CASTELHANO BOLIVIANO NO CENTRO COMERCIAL DA CIDADE

Esse intercâmbio cultural pode ser observado não apenas na culinária, mas também na visibilidade das línguas bolivianas na paisagem urbana em Corumbá. Segundo Berger e Elsenbach (2017), a presença e a ausência de determinadas línguas no espaço público resulta de diferentes formas de gestão de línguas, ou seja, de práticas, estratégias e ações de vários agentes sociais. A visibilidade pode ser resultado das estratégias ou práticas de gestão, enquanto a ausência pode refletir o efeito de práticas de silenciamento ou apagamento, o que ocorre muitas vezes envolvendo decisões políticas, sociais ou econômicas.

No caso da língua quéchua, observa-se uma invisibilização, já que o único registro encontrado da língua foi o exemplo analisado no tópico anterior, especulamos que pode se dever pelo fato de que as línguas originárias são, primordialmente, de tradição oral. Por outro lado, o castelhano boliviano tem uma presença mais significativa no comércio em Corumbá. A Figura 8, por exemplo, mostra duas placas impressas⁴² expostas em uma loja localizada Zona 2, na principal via comercial da cidade.

Figura 8 – Registro de castelhano em loja de calçados e confecções.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

⁴² As "placas impressas" referem-se àquelas elaboradas em ambiente digital, como no *Microsoft Word*, e que podem variar desde as mais simples, contendo apenas o texto, até as mais complexas, que incluem imagens, gráficos ou outros elementos visuais. Esse tipo de placa é frequentemente encontrado em estabelecimentos comerciais formais e tende a ser mais padronizado, com maior cuidado estético e profissional na sua produção.

Ambas as placas são de aparência simples e sem elementos gráficos elaborados. A primeira informa que, para utilizar o banheiro, é necessário pagar R\$ 4,00; já a segunda indica que o estabelecimento aceita “tarjetas”, ou seja, cartões emitidos na Bolívia⁴³.

A partir das ideias de Berger e Elsenbach (2017), essas placas cumprem duas funções no espaço público: função comunicativa e simbólica. A função comunicativa é clara, pois elas fornecem informações práticas, como o custo do uso do banheiro e a aceitação de cartões de crédito bolivianos. Já a função simbólica reflete o uso do castelhano boliviano, uma escolha estratégica dos responsáveis pela loja, expressando um sentimento de pertencimento para os falantes da língua. Esse uso linguístico marca uma área onde a língua boliviana se torna visível, reforçando o vínculo entre os dois países fronteiriços (Brasil e Bolívia).

Ao percorrer o interior da loja, nota-se a ausência de sinalizações em português com as mesmas informações, havendo apenas anúncios de “Promoção”. Embora Corumbá seja uma cidade marcada pela convivência e intercâmbio entre os habitantes da fronteira, a presença de placas em castelhano boliviano reflete um esforço de inclusão, no qual os comerciantes (gestores das línguas) contribuem para tornar o ambiente mais acessível e compreensível para o público boliviano. Esse processo de gestão de línguas cria um espaço inclusivo, onde diferentes línguas coexistem e são visibilizadas conforme a necessidade.

No entanto, a ausência de placas similares em português pode gerar interpretações ambíguas, dando margem à percepção de que as informações se destinam exclusivamente aos bolivianos. Mesmo sem a intenção de exclusão, a paisagem linguística, construída dessa forma, pode acabar reforçando diferenças entre os grupos, especialmente em contextos como o da cobrança pelo uso do banheiro, sugerindo um tratamento desigual baseado na nacionalidade. Isso reflete o argumento de Costa (2013), que afirma que a nacionalidade organiza o espaço local, regula o acesso a direitos, determina quem é considerado “estrangeiro” e influencia a maneira como essas pessoas se percebem e vivem no espaço fronteiriço.

4.2.1.3 O USO DO CASTELHANO BOLIVIANO NA PUBLICIDADE EM CORUMBÁ

A recorrência do castelhano boliviano em sinalizações no centro da cidade também se estende à publicidade urbana. Saindo da área central e seguindo em direção a outro ponto

⁴³ Em conversa informal com um vendedor dessa loja, foi relatado que o pagamento pelo uso do banheiro não é restrito a clientes bolivianos, todos os clientes precisam pagar para utilizá-lo. Ele explicou que aceitam cartões de crédito e débito emitidos na Bolívia, embora, na prática, apenas os cartões de crédito costumam ser aprovados. Mesmo quando o cliente afirma que está utilizando um cartão de débito, a transação não é finalizada.

comercial, na Zona 3, na rua Dom Aquino – que leva até o lado boliviano da fronteira – foi localizado um *outdoor* da loja Paranasul Baterias, conforme ilustrado na Figura 9. Trata-se de uma loja brasileira que une o nome do estado do Paraná com a região Sul. A inscrição “*dondequiera la mejor bateria*”⁴⁴, em castelhano boliviano, revela a intenção de atrair o cliente boliviano que cruza a fronteira.

Figura 9 – Um outdoor com informações em castelhano boliviano.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A presença do castelhano boliviano em anúncios publicitários confirma o reconhecimento da clientela estrangeira como parte do consumo de Corumbá, utilizando a língua como estratégia de aproximação. Esse uso direcionado aponta para o papel do setor comercial como agente ativo na construção da PL, conforme Berger e Elsenbach (2017), trata-se de sinais não oficiais, cujos “gestores são proprietários de estabelecimentos comerciais que imprimem suas escolhas linguísticas na Paisagem Linguística” (p. 444).

Nesse sentido, a escolha pelo castelhano boliviano no outdoor da Paranasul revela uma lógica de adequação ao público-alvo: quem produz a mensagem decide em qual língua fazê-lo, considerando quem deseja alcançar. Essa dinâmica reforça que a PL é marcada por estratégias comunicativas que articulam o mercado, circulação de pessoas e identidades.

⁴⁴ Tradução do original: “Onde quer que seja, a melhor bateria”.

No entanto, há também situações em que o português e o castelhano boliviano aparecem lado a lado, dividindo o mesmo espaço. Esses registros apontam para uma adaptação mais ampla às especificidades da fronteira, tema que será abordado a seguir.

4.2.2 O PORTUGUÊS E O CASTELHANO BOLIVIANO: LADO A LADO

Dentre as línguas mais faladas na fronteira Brasil-Bolívia, destacam-se o português e o castelhano boliviano. Em Corumbá, essas duas línguas coexistem na oralidade, mas e na PL? O Mapa 8 ilustra a localização desses registros, permitindo visualizar a presença simultânea do português e do castelhano boliviano lado a lado em Corumbá nas três zonas in loco, que serão analisadas nos tópicos seguintes.

Mapa 8 – Localização do português e do castelhano boliviano lado a lado em Corumbá.



Fonte: Elaboração própria (2025).

4.2.2.1 PLACAS INFORMATIVAS BILÍNGUES

No Restaurante Tocaia, localizado na Zona 1, no bairro Jardim dos Estados, anexo ao Supermercado Fogo, encontram-se placas personalizadas⁴⁵ informativas que utilizam ambos os idiomas para comunicar as informações importantes, como dias de funcionamento, localização de lugares e serviços prestados (Figura 10). O português é mais destacado nas placas, aparecendo em maior tamanho e evidência, enquanto o castelhano boliviano é apresentado em tamanho menor. Isso sugere que o português ocupa posição de destaque no comércio, enquanto o castelhano boliviano atende a uma clientela específica, sem se igualar completamente ao idioma predominante.

Figura 10 – Restaurante Tocaia utilizando os dois idiomas nas placas informativas.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

⁴⁵ As "placas personalizadas" referem-se àquelas são caracterizadas pela presença de elementos visuais exclusivos, como a logo do restaurante, que as tornam específicas para o estabelecimento, em vez de serem placas genéricas.

Embora as informações estejam disponíveis em castelhano boliviano, o Restaurante Tocaia não aceita o peso boliviano como forma de pagamento, apenas a moeda brasileira. Já o Supermercado Fogo – ao qual o restaurante está anexado – não faz menção nem ao idioma nem à moeda boliviana, o que pode sinalizar uma menor adaptação à realidade fronteiriça, sobretudo diante da significativa presença boliviana neste trecho.

Na Zona 2, no centro da cidade, encontramos outra prática interessante. Na franquia de sapatos Bate Preço⁴⁶, localizada na Rua Delamare, a placa personalizada informativa oferece a promoção “20% de desconto nas compras acima de R\$ 1.000,00” em português, seguida pela mesma mensagem em castelhano boliviano “20% de descuentos al por mayor de mil reales” (Figura 11).

Figura 11 – Placas em português e castelhano encontradas na loja Bate Preço.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Na mensagem em português, não há qualquer indicação de que a compra deve ser realizada por atacado. Já na versão em castelhano, a expressão “*al por mayor*” sugere exatamente isso, alterando o sentido do enunciado original. Assim, a tradução não está correta. Podemos entender que a intenção era traduzir as informações do cartaz em português para o

⁴⁶ Em conversa informal com uma vendedora dessa loja, foi relatado que eles aceitam o pagamento em peso boliviano, tanto em espécie quanto por meio de cartões de crédito e débito.

castelhano boliviano a fim de atender a clientela boliviana, porém o resultado não corresponde ao conteúdo anunciado.

No entanto, ao percorrer pelo centro de Corumbá, observa-se que em estabelecimentos de grandes redes varejistas, como Pernambucanas, Montreal, Passaletti, Gazin, Casas Bahia, Magazine Luiza e Daron, não há qualquer menção às línguas bolivianas, apesar da localização dessas empresas na fronteira entre Brasil e Bolívia. Essa ausência pode estar relacionada à padronização das estratégias comerciais dessas grandes redes, que priorizam uma comunicação direcionada ao público brasileiro em geral, sem adaptações específicas para o contexto fronteiriço.

Já fora da área central, na Zona 3, próxima à parte boliviana da fronteira, encontra-se o Supermercado Cidade Branca, uma das maiores redes de Corumbá. Localizado em uma região de grande circulação de pessoas que transitam entre os dois países, o supermercado demonstra uma maneira de atrair e fidelizar consumidores bolivianos, reconhecendo sua presença e tornando um ambiente mais acolhedor. Como mostrado na Figura 12, é possível observar o uso simultâneo do português e do castelhano boliviano em expressões como “*Bienvenidos*” e “*Gracias, vuelve siempre*”, além dos símbolos nacionais do Brasil e da Bolívia, posicionados lado a lado. Esse gesto sugere respeito e a valorização das duas culturas que coexistem nesse espaço.

Figura 12 – Informações em português e em castelhano boliviano em um supermercado em Corumbá.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

No entanto, não há outras sinalizações em castelhano boliviano no interior do supermercado, o que revela que essa prática, embora inclusiva, tem uma função estratégica. Como Severo (2009) observa, a Política Linguística não é neutra. Ela é planejada com objetivos específicos e a escolha das línguas deve ser analisada em termos de “*quem está decidindo, para quem e com qual propósito*”. Nesse caso, a utilização do castelhano boliviano tem um claro objetivo de marketing, voltado para a atração do consumidor boliviano, mas ainda subordinada ao português, o que indica uma hierarquia linguística que, embora pareça inclusiva, mantém relações de poder linguístico-culturais presentes na fronteira.

Outro aspecto relevante é o funcionamento do sistema de caixa do supermercado. Ao registrar as compras, o *software* utilizado realiza automaticamente a conversão dos valores de real brasileiro para peso boliviano, uma funcionalidade que facilita e agiliza o processo de compra para os clientes bolivianos. Isso permite que os consumidores escolham a forma de pagamento mais conveniente, tornando a experiência de compra mais acessível para ambos, conforme ilustrado na Figura 13.

Figura 13 – Conversão dos valores em real e peso boliviano no Supermercado Cidade Branca.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Em uma conversa informal com o caixa do supermercado, foi informado que o câmbio praticado automaticamente entre o real e o peso boliviano nesse estabelecimento é de R\$ 1,00 = 2,90 pesos bolivianos. Segundo o funcionário, essa taxa de câmbio não sofre alterações há pelo menos quatro meses, sendo ajustada apenas quando ocorre uma mudança significativa no valor do dólar. Esse valor é adotado como referência para as transações envolvendo bolivianos.

No mesmo dia, em uma visita ao Mercado Roseiral, localizado aproximadamente sete quadras do supermercado anterior, registramos a presença de um cavalete informando que naquele comércio o câmbio do real para o peso boliviano era de $R\$ 1,00 = 2,20$ pesos bolivianos (Figura 14).

Figura 14 – Valor do câmbio entre reais e pesos bolivianos no Mercado Roseiral.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

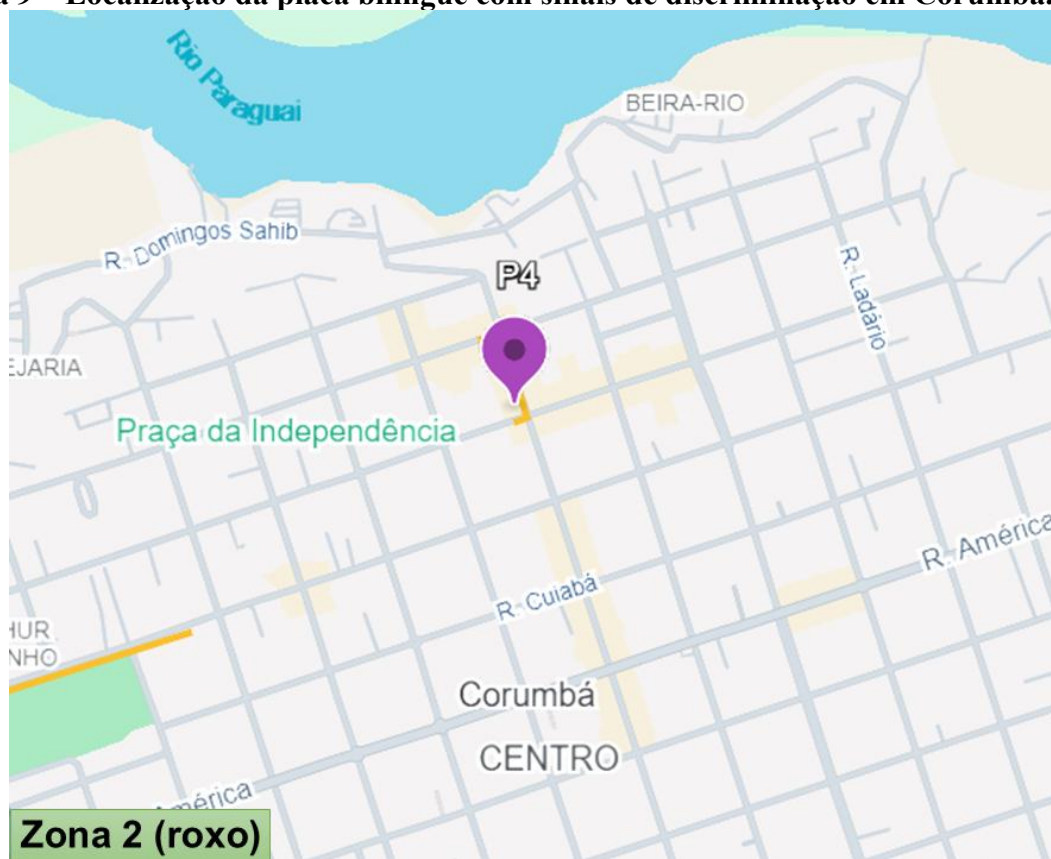
Essa diferença entre as taxas de câmbios praticadas nos dois estabelecimentos mostra uma diferença que pode influenciar as escolhas de compra dos consumidores bolivianos. A diferença de 0,70 pesos bolivianos por real entre os dois comércios demonstra que o câmbio não é uniforme na cidade. Para o boliviano, é mais vantajoso comprar no comércio que adota o câmbio de $R\$ 1,00 = 2,90$ pesos. Esse exemplo reforça a ideia de que as taxas de câmbio no comércio local podem variar de maneira relevante para os consumidores.

Essa diversidade nas práticas comerciais reflete também nas dinâmicas linguísticas e culturais da fronteira. Embora o português e o castelhano boliviano coexistam em algumas áreas, ainda há desigualdade e exclusão, especialmente em relação à sinalização e ao atendimento. O próximo exemplo explora como as placas bilíngues podem evidenciar discriminação no comércio local.

4.2.2.2 INFORMAÇÕES BILÍNGUES E INDÍCIOS DE DISCRIMINAÇÃO NO COMÉRCIO LOCAL

A presença simultânea do português e o castelhano boliviano na área de fronteira indica a existência, além da diversidade cultural, de tensões e desigualdades que vão além da comunicação. A presença de placas bilíngues em estabelecimentos comerciais, embora possa ser interpretada como um sinal de acolhimento, nem sempre traduz respeito ou equidade. Um exemplo disso pode ser observado na Zona 3, em uma loja de roupas e calçados situada na Rua Treze de Junho, conforme ilustrado no Mapa 9.

Mapa 9 – Localização da placa bilíngue com sinais de discriminação em Corumbá.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Nesse estabelecimento, foram encontradas, no banheiro unissex, duas placas informativas impressas contendo orientações de uso, como: não urinar no chão, não jogar papel no chão, dar descarga após o uso, entre outras instruções básicas de higiene. As informações estão dispostas nos dois idiomas: português e castelhano boliviano (Figura 15).

Figura 15 – Placas em português e castelhano boliviano encontradas na loja de roupas.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

As duas placas, embora simples – fundo branco e letras pretas – apresentam diferenças perceptíveis entre si. A versão em português conta com uma ilustração de uma pessoa apertando a descarga, conferindo-lhe um aspecto visual minimamente mais elaborado. Já a placa em castelhano boliviano demonstra menor preocupação estética, contendo apenas ícones de separação de gênero (homem e mulher), sem o mesmo cuidado gráfico presente na outra placa.

O que chama atenção, entretanto, não é propriamente a diferença visual entre as placas, já que ambas cumprem a sua função principal: comunicar as regras de uso do banheiro. A diferença principal está no conteúdo verbal. Embora ambas contenham instruções praticamente idênticas, há uma informação presente exclusivamente na versão em castelhano boliviano, como mostrado na Figura 16. O cartaz traz a frase: “*Por favor no hagas el número 2*”⁴⁷. No entanto, na Bolívia, essa expressão “número 2”, que em português é um eufemismo para defecar, não é utilizada com esse sentido, o que pode fazer com que o aviso não atinja seu objetivo.

⁴⁷ Tradução do original: “Por favor, não faça o número 2”.

Figura 16 – Detalhe do aviso exclusivo na placa em castelhano boliviano.



Fonte: Acervo pessoal, destaque nosso (2025).

Essa escolha de incluir essa orientação exclusivamente na versão em castelhano boliviano pode ser entendida tanto como um detalhe linguístico quanto como um possível indicativo de hierarquização social. Conforme aponta Costa (2015), as diferenças entre os grupos servem como formas de classificação que refletem relações de poder e dominação, configurando exclusões que se manifestam em práticas cotidianas. Assim, a placa atua como um mecanismo que reforça uma fronteira social, sugerindo que certos comportamentos devem ser controlados de forma diferenciada para o público boliviano.

Essa peculiaridade levanta uma questão: por que essa informação específica está presente apenas na placa destinada ao público boliviano? Isso pode sugerir uma tentativa de direcionar comportamento distintos a diferentes públicos, ou até mesmo uma percepção, por parte dos donos, de que certos hábitos necessitariam ser controlados para um grupo e não para o outro.

Esse tipo de diferenciação pode ser interpretado como uma manifestação de preconceito, especialmente quando se leva em consideração o contexto social e cultural da fronteira Brasil-

Bolívia. Ao incluir essa orientação exclusivamente em castelhano boliviano, a loja parece associar de maneira implícita um comportamento “indesejado” ou “impróprio” a um grupo específico, o que pode ser visto como uma forma de estigmatização que dialoga com o discurso nacionalista que atua na fronteira, como discutido por Costa (2013), onde a nacionalidade funciona como um recurso simbólico para diferenciação e controle social.

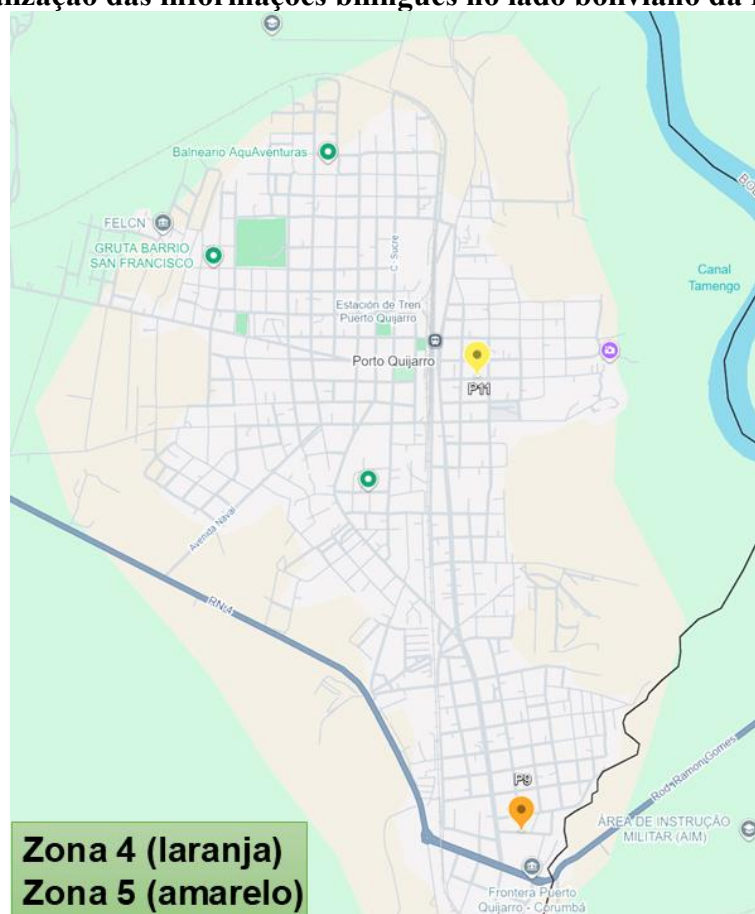
Essa estigmatização, além de nacionalista, pode estar relacionada a construções culturais de preconceito e xenofobia que associam o boliviano a estereótipos de falta de higiene e “inferioridade”. Como discutido por Vernochi (2022), relatos de agressões verbais no ambiente escolar vinculam o boliviano a adjetivos pejorativos relacionados a sujeira e comportamento inadequado. Portanto, a escolha de direcionar essa mensagem apenas em castelhano reforça preconceitos que se expressam tanto no discurso quanto em práticas discriminatórias nos espaços públicos e comerciais.

Essa prática levanta questões sobre como as culturas são representadas e tratadas de forma desigual, mesmo em aspectos cotidianos como a sinalização em estabelecimentos comerciais. O preconceito, muitas vezes, não se manifesta apenas por meio de atitudes explícitas, mas também em pequenos detalhes como esse, que refletem estereótipos sobre o comportamento de determinados grupos.

4.2.3 A MESCLA DO PORTUGUÊS E DO CASTELHANO NO LADO BOLIVIANO DA FRONTEIRA

Nesta seção, analisamos a presença de informações bilíngues no lado boliviano da fronteira. Conforme o *Plan Territorial de Desarrollo Integral* (PTDI), de 2016, as línguas predominantes em Puerto Quijarro são o castelhano e o português. Essa situação linguística pode ser observada nas PL registradas na região de Arroyo Concepción e Puerto Quijarro, dois dos pontos de pesquisa deste estudo (Mapa 10).

Mapa 10 – Localização das informações bilíngues no lado boliviano da fronteira.



Fonte: Elaboração própria (2025).

Um exemplo dessa mescla pode ser observado na fachada do Restaurante e Churrascaria La Bodeguita, localizado em frente à “feirinha” de Arroyo Concepción. O restaurante, de proprietários brasileiros e que também realiza cobrança em real, recebe diariamente um fluxo intenso de turistas, especialmente os brasileiros. Isso é percebido pela escolha do idioma predominante em sua comunicação visual: quase todas as informações exibidas na fachada estão em português, com exceção do nome “*La Bodeguita*”⁴⁸ e da palavra “*desayuno*”⁴⁹, ambas em castelhano, conforme a Figura 17.

⁴⁸ Tradução do original: “Um pequeno restaurante”.

⁴⁹ Tradução do original: “café da manhã”.

Figura 17 – Fachada do Restaurante e Churrascaria La Bodeguita, com o português em evidência na fachada.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Além da fachada, o português e o castelhano boliviano se encontram também em elementos de sinalização, como o cavalete exposto na entrada. Nele, observam-se traduções simultâneas dos pratos oferecidos, com o português sempre apresentado em primeiro lugar (“Churrasco (Parilla)”, por exemplo), sugerem uma prioridade em se comunicar com turistas brasileiros. Além disso, a aceitação de formas de pagamento específicas do Brasil, como o sistema de transferências instantâneas Pix, cartões de crédito e débito, e dinheiro em espécie, reforça ainda mais esse foco.

De acordo com Rivas (2011), o português é considerado como uma “língua comercial” nessa região de fronteira, amplamente utilizado por comerciantes locais como estratégia para facilitar a comunicação com os brasileiros. Ao optar pelo português como língua predominante, o restaurante usa uma estratégia de marketing voltada para atrair turistas brasileiros, reconhecendo a importância dessa clientela para o comércio local.

Além disso, a escolha de pratos populares no Brasil, no cardápio descrito no mesmo cavalete, como churrasco, peixe, carne de jacaré, frango e picanha, contrastando com a ausência de pratos típicos da culinária boliviana dessa região, reforça essa estratégia. Essa escolha pode indicar uma hierarquia as culturas e das línguas presentes na fronteira.

Ao priorizar o paladar do visitante, o restaurante não apenas reforça o uso da língua portuguesa, mas também molda sua oferta culinária a um padrão já conhecido pelo seu público-alvo. Essa situação, embora compreensível do ponto de vista econômico, levanta questões importantes sobre a preservação da cultura local, especialmente em contextos de fronteira, onde a convivência de culturas e línguas nem sempre ocorrem de maneira equilibrada.

Um outro exemplo é perceptível em uma placa manual dentro de uma loja de roupas localizada na Zona 5, em Puerto Quijarro, próximo a ferrovia atualmente desativada (Figura 18). Embora a frase “*Pague aqui con QR y Pix*” esteja gramaticalmente em castelhano boliviano, ela contém um termo importante que vem do português: o Pix – nome do sistema de pagamento desenvolvido no Brasil. Essa mistura revela a convivência de línguas em uso, mesmo que a estrutura da frase siga uma só norma gramatical. Além disso, o uso do “PIX” é compreendido por ambos os públicos, reforçando a ideia de um espaço comunicativo compartilhado.

Figura 18 – Cartaz em loja de roupas com uso de castelhano e referência ao PIX brasileiro.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Outro aspecto interessante identificado na pesquisa é que, em muitas dessas lojas, os próprios donos e vendedores compartilham sua conexão da internet com clientes brasileiros para que consigam realizar o pagamento via Pix. Isso ocorre porque, em boa parte da fronteira, o sinal das operadoras de telefonia brasileira é instável ou inexistente.

Ainda que o Pix não seja a única forma de pagamento, sua presença na PL de dois estabelecimentos no lado boliviano da fronteira revela mais do que uma estratégia comercial, mostra como as práticas linguísticas e comunicativas na fronteira são moldadas pelo contato entre brasileiros e bolivianos. Como observa Mancilla (2022), as identidades fronteiriças não são homogêneas, mas se constroem em meio a fluxos de línguas, saberes e práticas sociais.

Nesse sentido, a adoção do português nas PL, somada ao uso de sistema de pagamento brasileiro, evidencia esse movimento de circulação e adaptação. Embora o português ocupe posição privilegiada na região, ele é apropriado pelos comerciantes bolivianos para interagir com o seu público-alvo, criando espaços de comunicação entre os agentes dessa interação. Assim, o Pix não apenas facilita transações, mas também materializa essa dinâmica híbrida que caracteriza a vida na fronteira.

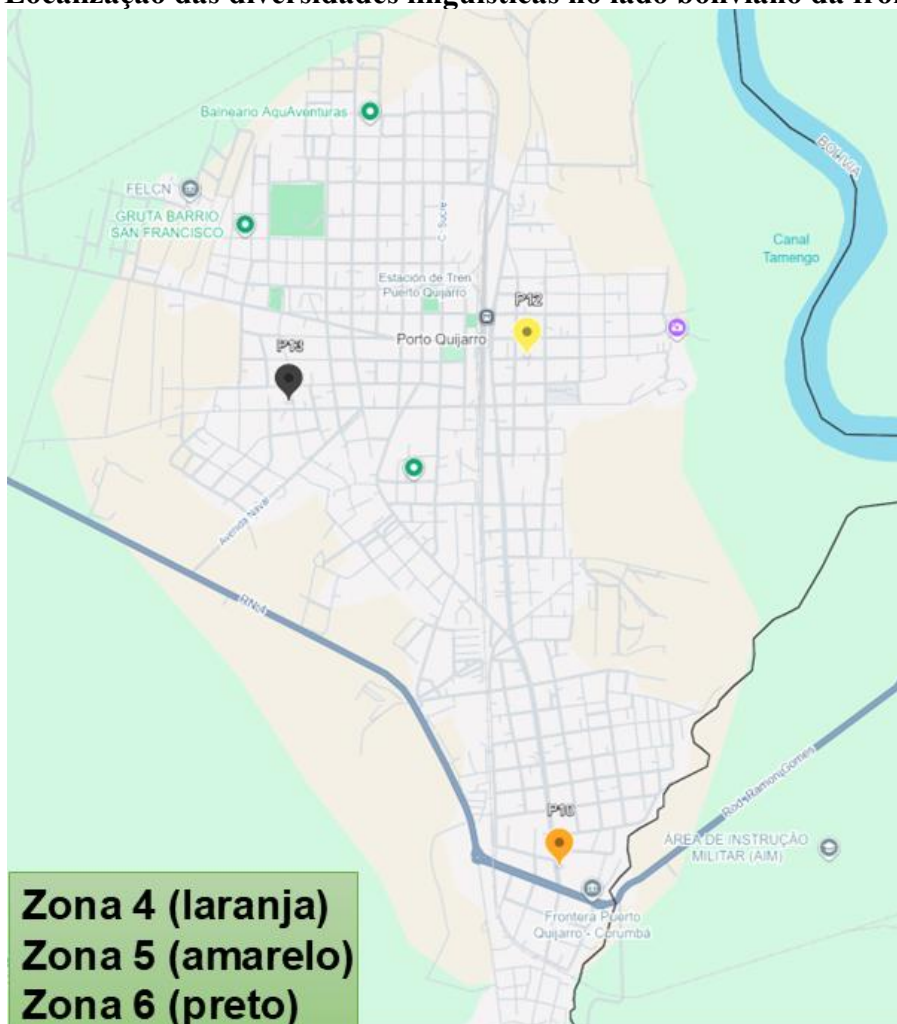
O brasileiro, ao consumir produtos e serviços bolivianos, e o boliviano, ao adotar a linguagem brasileira, podem contribuir para a construção da identidade fronteiriça, que transcende as diferenças e ressignifica o território fronteiriço. Segundo Costa (2013), é justamente no contato com o “outro” que os moradores das fronteiras reafirmam seu sentimento de pertencimento ao território, reconstruindo sua identidade local.

Após abordar a mescla linguística entre o português e o castelhano boliviano nas práticas comerciais no lado boliviano da fronteira, é essencial expandir a análise e compreender a complexidade e a diversidade linguística que caracteriza a região.

4.2.4 A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NO LADO BOLIVIANO

Nesta seção apresentamos a diversidade linguística presente no lado boliviano da fronteira, observada nos três pontos de pesquisa: Zona 4, Zona 5 e Zona 6 (Mapa 11). Além do castelhano boliviano e do português já discutidos, identificamos a presença significativa de línguas originárias, que se manifestam principalmente em nomes de comidas típicas e expressões culturais locais.

Mapa 11 – Localização das diversidades linguísticas no lado boliviano da fronteira.



Fonte: Elaboração própria (2025).

As línguas originárias presentes no território boliviano, especialmente na fronteira, até o momento foram encontradas exclusivamente nos nomes de comidas e bebidas típicas. Um exemplo disso aparece em um cavalete de restaurante em Arroyo Concepción, distrito de Puerto Quijarro, na Zona 4. Nele, há uma lista de pratos servidos no local como *Sopa de Mani y Yuca*, *Panza Rebosada*, *Pique Macho*, *Pollo al Jugo*, *Milaneza*, *Bife con huevo*, entre outros (Figura 19).

Figura 19 – Lista de opções de pratos típicos encontrados em Arroyo Concepción.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

A maioria dos nomes estão em castelhano boliviano, exceto por alguns nomes de pratos que merecem destaque. O primeiro deles é *maní*, presente em *Sopa de Maní*. A palavra *maní* tem origem tupi-guarani e significa “amendoim”⁵⁰. Segundo o Dicionário Tupi⁵¹, está associada a lenda indígena da deusa Maní, enterrada na própria oca; e no local nasceu uma planta comestível – a mandioca – que passou a alimentar a aldeia. Assim, o termo está associado tanto ao amendoim quanto à origem da mandioca.

Também é possível observar influências do Brasil no cardápio desse restaurante. Um exemplo é o prato *Bife con huevo* – a palavra bife, embora de origem inglesa (*beef*), foi incorporado ao português e é utilizada para se referir a um pedaço de carne. No Brasil, a combinação de carne com ovo frito é conhecida popularmente como *bife à cavalo*. Outro exemplo é a *Milaneza* (em português, *milanesa*), um prato comum na culinária brasileira, feito com carne empanada e frita. Embora esses termos estejam escritos em castelhano boliviano, trata-se de pratos familiares também no cotidiano brasileiro.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.asale.org/damer/man%C3%AD>. Acesso em: 24 nov. 2025.

⁵¹ Disponível em: <https://maniadehistoria.wordpress.com/mini-dicionario-tupi-guarani/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

Outro exemplo de presença de língua originária está na Figura 20. Trata-se de um restaurante (ou pensão), localizado em Puerto Quijarro, na Zona 6, do outro lado da antiga ferrovia, que oferece refeições caseiras. O prato *K'JARAS* aparece em destaque no informativo em frente do restaurante. A palavra *K'Jaras* refere-se a um prato típico boliviano feito com pele de porco⁵². Sua origem é atribuída ao quéchua, segundo o *Diccionario de la nacion Quéchua*, *q'ara* significa “pele (de animal) ou pelado”, em contexto culinário é usado com o sentido de “somente a pele” ou “com pouca carne por baixo”.

Figura 20 – A presença do quéchua em informativos em um restaurante em Puerto Quijarro.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Além desse informativo, ao lado, há também um cavalete com mais informações sobre os pratos oferecidos pelo restaurante. Um dos termos usados é o *Charque*, cuja origem é quéchua: *ch'arki*, refere-se a uma carne que passa por um processo de salga e desidratação ao sol, tornando-a durável por longos períodos.

A língua quéchua também aparece em um dos cavaletes de um restaurante próximo a antiga rodoviária, na Zona 5 (Figura 21). O prato *Silpancho*, de origem quéchua *sillp'anchu*, é típico da cidade de Cochabamba⁵³. Ele é composto por arroz, batata, carne empanada achatada,

⁵² Disponível em: [https://www.ecured.cu/Kjaras_bolivianas_\(receta\)](https://www.ecured.cu/Kjaras_bolivianas_(receta)). Acesso em: 18 jul. 2025.

⁵³ Disponível e: <https://site.boliviacultural.com.br/noticia/gastronomia-boliviana-historia-do-sillpancho-100-cochabambino>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ovo frito e salada. Nesse exemplo, também aparece nomes já analisados anteriormente, como o *bife* e *milanesa* – com a diferença de que, neste cavalete, a palavra *milanesa* aparece com “s”, conforme a ortografia em português.

Figura 21 – Nomes de pratos com influência quéchua, português, italiano e língua inglesa.



Fonte: Acervo pessoal (2025).

Já o prato *Pollo al Spiedo* é formado por termos de origens distintas: do castelhano boliviano (*pollo al*) e do italiano (*spiedo*)⁵⁴. Essa expressão é usada para se referir ao frango assado em espeto giratório⁵⁵, geralmente marinado com temperos como alho, limão, páprica, cominho e orégano, e depois assado lentamente até dourar. Outro destaque é o *Pollo a la Broaster*. A palavra *Broaster*, de origem inglesa, refere-se a uma marca norte-americana especializada em fritadeiras de pressão. O termo passou a ser associado a uma técnica de preparo de frango que envolve o uso de uma fritadeira de pressão, resultando em uma casca crocante e interior suculento⁵⁶.

⁵⁴ Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/italiano-portugues/spiedo>. Acesso em: 18 jul. 2025.

⁵⁵ Disponível em: <https://sazoncasera.com/pollo-al-spiedo-boliviano/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

⁵⁶ Disponível em: <https://aygmadrid.com/pollo-broaster/>. Acesso em: 18 jul. 2025.

A inserção de termos em inglês e italiano em contextos onde essas línguas não fazem parte da realidade sociolinguística cotidiana pode indicar uma hierarquia linguística. Como apontam Lecheta e Berger (2020), a PL não apenas informa, mas carrega simbolismos que refletem as relações de poder. Nesse sentido, o uso de línguas associadas à modernidade, à sofisticação e ao prestígio mundial funciona como um recurso de valorização do estabelecimento.

Essa interpretação encontra respaldo em Berger e Elsenbach (2017), ao observarem que, no mundo dos negócios, agentes comerciais frequentemente privilegiam o inglês motivados pelo prestígio social e pelo valor econômico agregado à língua. Para as autoras, mesmo indivíduos que não dominam o idioma recorrem ao seu uso como forma de alcançar determinado público e de elevar simbolicamente o valor do produto ou do estabelecimento.

Assim, a presença do inglês e do italiano nas PL analisadas se alinha essa lógica de prestígio social que opera globalmente. Em contraste, embora façam parte do panorama linguístico da região e apareçam também nos nominativos de pratos tradicionais, as línguas originárias ocupam menor visibilidade na PL, revelando desigualdades simbólicas entre as línguas presentes na área comercial da fronteira Brasil-Bolívia.

5 PROPOSTA DE AÇÃO

A Proposta de Ação consiste na produção e divulgação de material multimídia voltado ao registro e à divulgação das Paisagens Linguísticas da região fronteira entre Brasil e Bolívia. Considerando o caráter multilíngue e multicultural da fronteira, a ação visa documentar línguas como português, castelhano boliviano, quéchua, árabe, guató, bésiro, zamuco, entre outras, evidenciando sua presença ou ausência no espaço público.

O material será produzido em formato de vídeos curtos (Reels) e publicado no Instagram, no perfil @linguas.brasbol, com linguagem acessível ao público geral. Os vídeos apresentarão:

- Identificação da língua;
- Exibição de sua presença na Paisagem Linguística;
- Comentários explicativos sobre o contexto sociolinguístico da região;
- Participação de falantes, sempre que possível, permitindo que compartilhem suas experiências, histórias e relações com a língua, evidenciando a dimensão cultural, identitária e familiar de cada idioma.

Essa iniciativa busca democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico, tornando os dados da pesquisa públicos e interativos para a população local, turistas e a outros interessados, além de sensibilizar sobre a riqueza cultural e linguística da região. Ao utilizar uma rede social, a proposta amplia o alcance da pesquisa e estimula o engajamento do público com a diversidade linguística, valorizando as línguas originárias e minoritárias.

Este trabalho representa um esforço inédito de valorização e divulgação da diversidade linguística da fronteira Brasil-Bolívia, na perspectiva da política linguística, contribuindo para futuras pesquisas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo desta pesquisa permitiu compreender com maior profundidade o papel que a presença visual das línguas desempenha na fronteira Brasil-Bolívia. Ao cumprir o objetivo geral proposto, que é investigar como as línguas se manifestam na paisagem urbana de Corumbá, Puerto Quijarro e Arroyo Concepción, foi possível observar um cenário sociolinguístico complexo e dinâmico, embora diversa, não se apresenta de maneira equilibrada.

Os registros coletados nas diferentes zonas comerciais revelam que o português e o castelhano boliviano, ambos idiomas oficiais em cada país, aparecem com maior destaque nas sinalizações dos estabelecimentos comerciais. Tal predominância não apenas confirma a hierarquia linguística que organiza e estrutura o espaço fronteiriço, mas também dialoga com Shohamy (2006), ao destacar que a visibilidade das línguas expressa relações de poder e legitimidade no espaço público.

Ao buscar registrar e identificar a diversidade linguística, um dos objetivos específicos, constatou-se que línguas como o guató, bésiro, zamuco e aimará, embora presentes na região em termos históricos e identitários, não aparecem na PL observados. A principal questão que surge é: *por que algumas línguas não estão representadas nas PL da fronteira?* Considera-se que essa ausência se relaciona com o fato de serem línguas minoritárias e frequentemente minorizadas, além de pertencerem majoritariamente a tradições orais, o que pode limitar sua projeção no espaço público.

Para aprofundar a análise das desigualdades linguísticas, observou-se que as línguas de colonização majoritárias — o português e o castelhano — ocupam uma posição de privilégio em relação às línguas minoritárias, que também sofrem processos de minorização. Esse termo refere-se à vulnerabilidade social e à perda de direitos linguísticos vivenciadas por determinadas línguas e seus falantes. Tal situação ocorre, de modo particular, com as línguas indígenas, algumas das quais caminham para o silenciamento devido à diminuição de seus falantes, como é o caso do bésiro e do guató. Por outro lado, o isolamento social ao qual os ayoreo e sua língua, o zamuco, têm sido submetidos também constitui uma forma de minorização, pois expõe à perda de um patrimônio humano e cultural que deixa de ser vivenciado e transmitido.

Além disso, o papel do português e do castelhano reflete nas condições de poder imposto pelo câmbio das moedas dos países vizinhos, mas também entram em jogo aspectos de valoração social, de prestígio apoiado em crenças que outorgam status social à língua

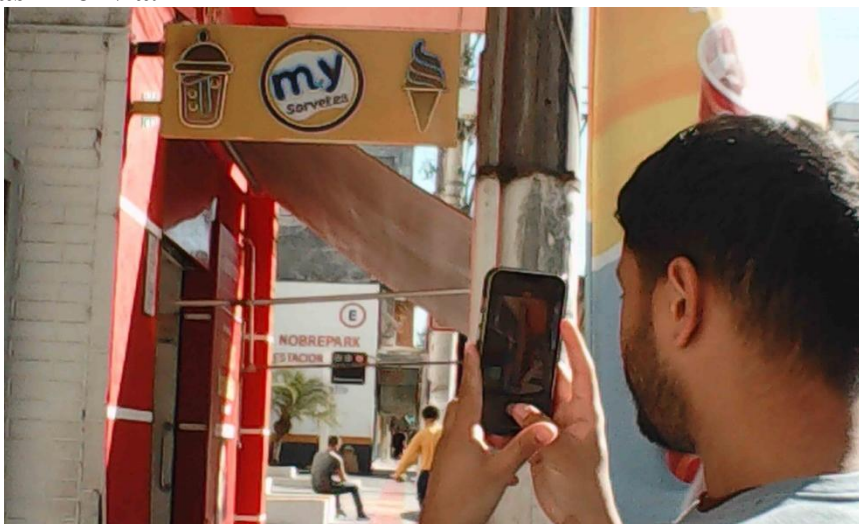
portuguesa em detrimento da língua espanhola, fato observado no ambiente escolar, por exemplo, fator que se constitui em um desafio enfrentado dia a dia na escola, em especial nas escolas de Corumbá.

Os registros analisados também evidenciam que a PL reflete mais que diversidade linguística, como tensões sociais e práticas discriminatórias. Um exemplo é uma loja de roupas onde a sinalização bilíngue atribui orientações distintas ao público boliviano, o que pode reproduzir estereótipos que associam a um comportamento “indesejado” a um grupo específico.

A ausência de línguas e a reprodução de hierarquias reforçam a necessidade de compreender a PL como um campo político. Como destaca Severo (2013), essa desigualdade não é neutra, mas constrói hierarquias e afeta diretamente a maneira como os grupos sociais são percebidos e reconhecidos no espaço urbano. Nos registros analisados, a presença pontual de línguas originárias em nomes de pratos típicos, especialmente no lado boliviano, demonstra que esses idiomas circulam de forma restrita, não atingindo a mesma relevância que as demais línguas. Assim, certas línguas permanecem à margem, revelando desigualdades históricas que atravessam as práticas cotidianas.

Mais do que registrar quais línguas circulam, esta pesquisa buscou refletir sobre os sentidos e significados atribuídos aos usos linguísticos dos indivíduos e das comunidades que habitam neste território fronteiriço. A presença em campo, a observação direta e a coleta fotográfica realizadas entre 2024 e 2025 permitiram uma leitura mais contextualizada das PL, fortalecendo a ideia de fronteira como um palco de experiências, vivências, comunicação, troca, memória e pertencimento (Figura 22).

Figura 22 – Pesquisador em trabalho de campo durante o registro fotográfico da PL na fronteira Brasil-Bolívia.



Fonte: Acervo pessoal. (2025)

Encerrar esta dissertação com uma fotografia do próprio campo não representa apenas uma escolha estética, mas simbólica. A imagem traduz o movimento que guiou toda a pesquisa: observar, vivenciar e interpretar a fronteira como um território de múltiplas línguas, culturas e identidades. Como lembra Dewey (2010), a arte e o conhecimento são experiências vividas, enraizadas no cotidiano. Assim, minha trajetória na fronteira – primeiro como pendular e, depois, como pesquisador – reafirma que estudar as PL vai além de descrever e interpretar sinais, mas trata-se de compreender as relações humanas que lhes dão sentido.

REFERÊNCIAS

BENEDETTI, A.; EGUREN, L. **Polígono fronterizo estatal. Sudamérica. Décadas de 1940 a 2020** (Atlas de las Fronteras, Hoja 03). Laboratorio de Investigaciones sobre Fronteras, UBA-UNaM-UNJu, 2024.

BERGER, I. R.; ELSENBACH, L. R. J. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre a visibilidade da diversidade linguística. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 433-456, ago./dez. 2017.

BERGER, I. R.; LECHETA, M. As paredes falam: a Paisagem Linguística como instrumento de visibilização social. In: Isis Ribeiro Berger; Elisângela Redel. (Org.). **Políticas de gestão do multilinguismo: práticas e debates**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, 2020, v. 1, p. 191-206.

BERGER, I. R. As línguas pelas ruas da cidade: o estudo da paisagem linguística urbana em contextos plurilíngues. In: SEVERO, Cristine Gorski (org.). **Políticas e direitos linguísticos: revisões teóricas, temas atuais e propostas didáticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 127-147.

BOLIVIA. **Ley N° 070/2010. Ley de educación “Avelino Siñani – Elizardo Pérez”**. La Paz. Asamblea Legislativa Plurinacional, 2010. Disponível em: http://www.cedib.org/post_type_leyes/ley-070-educacion-avelino-sinani-diciembre-2010/

BRANDÃO, S. K.; MANCILLA BARREDA, S. V. Representações linguísticas e culturais nos anúncios publicitários na área urbana em Arroyo Concepción – Fronteira Bolívia Brasil. **Revista GeoPantanal**, UFMS, Corumbá/MS, v. 35, p. 151-169, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Portaria nº 2.507, de 5 de outubro de 2021. Estabelece o conceito de cidades gêmeas nacionais [...]. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 192, p. 120, 06 out. 2021.

BUMLAI, D. U. M. **Análise metalexiconográfica de uma obra indígena Guató**. 2022. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2022.

CONDE, M. V.; MANCILLA BARREDA, S. V. Panorama das legislações no ensino de bésiro e sua repercussão em Puerto Quijarro - Bolívia. **Letras, [S. l.]**, v. 1, n. 66, p. 19–31, 2023. DOI: 10.5902/2176148573750. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/73750>. Acesso em: 24 set. 2025.

COSTA, G. V. L. Os bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 35-63, abr. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>

COSTA, G. V. L. **O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil-Bolívia**, 2014.

DAY, K. C. N. Paisagem linguística: um novo olhar para os espaços urbanos (e fronteiriços): linguistic landscape: a new look at urban (and border) spaces. **WEB Revista Sociodialeto**, [S. l.], v. 14, n. 41, p. 1–25, 2025. DOI: 10.61389/sociodialeto.v14i41.8860. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/sociodialeto/article/view/8860>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DELGADO, M.; MALET, D. El espacio público como ideologia. Artigo. **Jornadas Marx Siglo XXI**, Universidade de La Rioja. Longronho, dezembro de 2007.

DEWEY, J. **Arte como Experiência**. Tradução: Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Martins Fontes, 2010.

ESPÍRITO SANTO, A. L. do. O Uso de Fotografias e Vídeos em Pesquisa Qualitativa: em Busca de um Novo Olhar sobre os Territórios Fronteiriços. **Revista ADM.MADE**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 13–34, 2018. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/admmade/article/view/5438>. Acesso em: 4 nov. 2024

GADELHA, C. A. G. ; COSTA, Lais . A Título de Introdução - A Política Nacional de Integração e Desenvolvimento das Fronteiras: O programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDF. In: Tito Carlos Machado de Oliveira. (Org.). **Território sem Limites: estudos sobre fronteiras**. 1ªed.Campo Grande: UFMS, 2005, v. , p. 25-46.

GALLI, J. A.; LAGARES, X. C. Perspectiva glotopolítica e letramento em línguas: um diálogo convergente para a pesquisa em política linguística. In: **The Specialist/Dossiê Políticas Linguísticas para o Multilinguismo no Sul Global**. v. 45, n. 4, p. 11-37, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/65129/45706>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Estado Plurinacional de Bolivia. **Censo nacional de población y vivienda 2024**. Idioma. La Paz, 2024. Disponível em: <https://cpv2024.ine.gob.bo/index.php/resultados/sociales-y-economicas/resultados-caracteristicas-soc-eco-idioma/>. Acesso em: 25 out. 2025.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin William; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa do texto: imagem e som: um manual prático**. 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. cap. 6, p. 137-155.

MACHADO, L. O. Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade. In: **Território**. nº 8, Jan/Jun. LAGET/UFERJ, 2000.

MALINOWSKI, D. Authorship in linguistic landscape: A multimodal performative view. In SHOHAMY, E.; GORTER, D. **Linguistic Landscape: Expanding the scenery**. New York: Routledge, 2009.

MANCILLA BARREDA, S. Um olhar às línguas em circulação em Puerto Quijarro (BO) fronteira com Corumbá (BR). **Revista GeoPantanal** (UFMS), v. 12, p. 145-162, 2017.

MANCILLA BARREDA, S. V.; GARCIA MÁRQUEZ, K. E.. Panorama do castelhano boliviano na fronteira Bolívia–Brasil. In: PINTO, Carlos Felipe; BUGEL, Talia (org.). **N. 74** –

Número especial: Os 30 anos do Mercosul e o ensino de espanhol no Brasil. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2023. p. 243–269.

MANCILLA BARREDA, S. Um olhar às identidades regionais bolivianas em contexto de fronteira: limites Bolívia-Brasil. **REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 152–176, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/2390>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MANCILLA, S.; MACIEL, R. F.. Português na fronteira Bolívia-Brasil a partir de uma visão decolonial. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 44, e61929, 2022.

MANCILLA BARREDA, S. V.; CONDE, M. V.. Fronteira Bolívia-Brasil: um panorama sobre a gestão das línguas no ensino fundamental nas escolas de Puerto Quijarro e Corumbá. In: FAGUNDES, Angelise; FONTANA, Marcus V. L.; STURZA, Eliana; DAVIÑA, Liliana (orgs.). **Cruzando fronteiras: os estudos culturais, a sociolinguística e as políticas linguísticas em regiões fronteiriças**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 187–207.

MANCILLA BARREDA, S. V. ;BRANDÃO, S. K.; BORGES, T. A. Línguas na fronteira: ensino e aprendizagem de português para feirantes bolivianos em Corumbá-MS. In: COSTA, Eric Júnior; SILVA, Flávia Campos; SÁ, Elisa Mattos de (Orgs.). **Migrações e suas subjetividades**. Belo Horizonte, MG: Mosaico Produção Editorial, 2022. p. 232–250.

MARCUS V. L.; STURZA, E.; DAVIÑA, L. (orgs.). **Cruzando fronteiras: os estudos culturais, a sociolinguística e as políticas linguísticas em regiões fronteiriças**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024. p. 187–207.

MARTTA, M. **As territorialidades do cotidiano e do trabalho nas feiras livres de Corumbá - MS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2018. Disponível em: <https://ppgefcpan.ufms.br/files/2018/11/MAICON-MARTTA.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteira: espaço de referência identitária? - DOI 10.5216/ag.v1i2.3013. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 27–41, 2007. DOI: 10.5216/ag.v1i2.3013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/3013>. Acesso em: 8 ago. 2025.

OLIVEIRA, M. A. M.; CORRÊA, J. M.; OLIVEIRA, J. C. “Imigrantes Pendulares em Região de Fronteira: semelhanças conceituais e desafi os metodológicos”. In: **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 12, n. 27, pp. 91-108, maio/ago 2017.

OLIVEIRA, M. A. M.; LOIO, J. A. de M. Migração internacional pendular em fronteira: em busca de qualificações espaciais. **Revista Videre**, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 54–67, 2019. DOI: 10.30612/videre.v11i21.9069. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/9069>. Acesso em: 22 out. 2024.

PÊGO, B. (Coord.). **Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas**. v. 6. Brasília: Ipea; MI, 2021

PENNYCOOK, A. (2017). Translanguaging and semiotic assemblages. **International Journal of Multilingualism**, 14(3), 269–282.

PUERTO QUIJARRO. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**. Santa Cruz, BO: Gobierno Municipal Puerto Quijarro, 2001.

PUERTO QUIJARRO. **Plan de Desarrollo Municipal (PDM)**. Santa Cruz, BO: Gobierno Municipal Puerto Quijarro, 2007.

PUERTO QUIJARRO. **Plan Territorial de Desarrollo Integral (PDTI)**. Santa Cruz: Gobierno Municipal de Puerto Quijarro, 2016.

RAMÍREZ-LUENGO, José Luiz. El léxico del oriente boliviano en el siglo XVIII: una aproximación. **Lexis**, [S. I.], v. 36, n. 1, p. 107-128, jul. 2012. Disponível em: <http://revistas.pucp.edu.pe/index.php/lexis/article/view/2767>. Acesso em: 16 jun. 2025.

RAMOS ROJAS, D. N. La triple frontera: propuesta conceptual para explicar las dinámicas de la región fronteriza entre México y Guatemala. **Inter.c.a.mbio [online]**. 2020, vol.17, n.2, pp.49-78. ISSN 1659-4940. <http://dx.doi.org/10.15517/c.a..v17i2.43760>.

RIVAS, V. E. **Yo no soy boliviano yo sou carioco. Entre línguas e preconceitos na fronteira Brasil/ Bolívia**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá, 2011.

ROSA, M.; CASTELÃO, R. A. Os árabes em Corumbá: uma rede de cooperação. **Albuquerque, Revista de História**. vol. 6, n. 12. jul.-dez., p. 70-86. 2014.

SANTOS, F. C. Uma viagem pela fronteira: relatos da interação Brasil-Bolívia na fronteira de Corumbá. **Interagir: Pensando a Extensão**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 108–118, jul./dez. 2017.

SEVERO, C. G. Política(s) linguística(s) e questões de poder. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 57, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132..>

SHOHAMY, E. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.

STURZA, E. R. Portunhol: a intercompreensão em uma língua da fronteira. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, v. 81, n. 1, p. 97–113, 2019.

STURZA, E. R.. TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. **Cadernos de Letras da UFF**, Brasil, v. 26, n. 53, 2017. DOI: [10.22409/cadlettrasuff.2016n53a290](https://doi.org/10.22409/cadlettrasuff.2016n53a290). Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cadernosdeletras/article/view/43635>.

VERNOCHI, A. G. da S. **XENOFOBIA EM AMBIENTE ESCOLAR FRONTEIRIÇO: UMA ANÁLISE DE ESTUDO DE CASO EM CORUMBÁ-MS**. 100 p. 2022. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação Stricto Senso em Nível de Mestrado em Estudos Fronteiriços, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus do Pantanal, Corumbá-MS).

YARURO, A. M. G.; MARTINY, F. M. Multilingüismo en Foz do Iguaçu: análisis de un paisaje lingüístico fronterizo en los escenarios turísticos. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2024. DOI: 10.29327/210932.12.2-20. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/7677>. Acesso em: 5 ago. 2025.